

Demonstrações Financeiras Consolidadas

Conglomerado Prudencial do Banco Cooperativo Sicredi S.A.

31 de dezembro de 2021
com Relatório do Auditor Independente

Relatório da Administração

Em conformidade aos dispositivos legais e estatutários, divulgamos as Demonstrações Financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco Cooperativo Sicredi S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, juntamente com o relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras. A evolução das principais contas patrimoniais, quando comparadas com o exercício anterior, decorre do esforço empreendido pelo conjunto de Cooperativas de Crédito Acionistas, Conselho de Administração, Diretoria Executiva e quadro de executivos no processo de modernização e profissionalização do empreendimento.

Desempenho Operacional

Em 2021, os nossos ativos alcançaram um total de R\$ 83 bilhões, com alta de 23% em relação ao encerramento de 2020. O Conglomerado Prudencial do Banco atingiu resultado de R\$ 108 milhões, 28% maior quando comparado com o fechamento do ano anterior e o patrimônio líquido atingiu R\$ 2,4 bilhões, 62% maior em comparação a dezembro de 2020.

A carteira de crédito finalizou 2021 com R\$ 56 bilhões, o que representou 42% de aumento em relação ao ano passado. Como já é tradicional no nosso modelo de negócio, ajudamos o campo a crescer e prosperar liberando os recursos do Plano Safra. Em 2021, disponibilizamos um valor recorde, chegando R\$ 38,2 bilhões para safra 2021/2022. Somos a segunda instituição financeira em crédito agro no país.

Os depósitos cresceram 45,9% em comparação a dezembro de 2020, com um total de mais de R\$ 41 bilhões. As receitas provenientes de serviços realizados alcançaram um montante de R\$ 392 milhões, se mantendo estável em relação ao mesmo período (R\$ 360 milhões em 2020).

Trazemos para o centro das nossas soluções financeiras um olhar relacionado ao impacto socioambiental que elas geram. Com isso, estruturamos uma área de Finanças Verdes, dedicada à captação de recursos atrelados à geração de valor à sociedade e ao meio ambiente.

Nessa direção, realizamos uma captação com a International Finance Corporation (IFC), para atender à crescente demanda por crédito destinado à instalação de sistemas de energia solar. A linha de crédito de cerca de R\$ 600 milhões foi a primeira operação de uma instituição financeira cooperativa brasileira a receber certificação emitida pela Climate Bonds Initiative (CBI), organização que atua para promover investimentos na economia de baixo carbono.

Realizamos também uma captação voltada ao financiamento de micro, pequenas e médias empresas brasileiras lideradas por mulheres, que gerou uma linha de crédito de R\$ 438 milhões. A operação incluiu, pela primeira vez em nosso negócio, o fator gênero como um dos critérios, além de considerar outros aspectos sociais e ambientais. O acordo de parceria foi firmado junto à Sociedade Alemã para Investimento e Desenvolvimento (DEG, na sigla em alemão) - subsidiária do Banco de Desenvolvimento Alemão – KfW - e à agência de fomento francesa PROPARCO - subsidiária do Banco de Desenvolvimento Francês – AFD -, instituições financeiras de desenvolvimento - DFIs sigla em inglês - que possuem o objetivo de prover financiamento e capital de longo prazo a empresas privadas em países emergentes e em desenvolvimento. Por meio da parceria, também passamos a contribuir com o 2X Challenge - Finance for Women, desafio global lançado pelas instituições financeiras de desenvolvimento do G7 e que tem como objetivo destinar recursos à geração de oportunidades de empreendedorismo e liderança a mulheres em países emergentes.

Além disso, demos outro importante passo ao lançar a primeira carteira de investimentos ESG do Sicredi, que busca gerar valor ao investir o dinheiro dos associados em empresas com comprovado impacto positivo social, ambiental e de governança.

Destaques em Projeções Econômicas

Garantimos destaques em rankings que evidenciam as projeções econômicas mais acertadas do Brasil, sendo que conquistamos importantes posições em duas categorias do Broadcast Projeções e marcamos presença em todas as edições do Top Five Projeções do Banco Central. Nessa mesma linha de reconhecimentos, conquistamos o primeiro lugar do Guia de Fundos, organizado pelo Centro de Estudos em Finanças da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Também em 2021, a Fitch revisou a perspectiva de rating do Sicredi para Estável, essa análise reflete boa avaliação em relação ao modelo de negócio e capacidade de gerar receitas, lucratividade e manter bons índices de qualidade de ativos e liquidez.

Agradecimentos

Mesmo em um cenário incerto devido a continuidade da pandemia ao longo do ano de 2021, o Sicredi esteve atento, presente e ativo nas contribuições econômicas e sociais juntos aos associados e cooperativas. Tudo isso construído com base nos princípios e valores do cooperativismo, presentes em todas as ações realizadas pela instituição. Com o apoio das mais de 100 cooperativas do sistema, dos mais de 30 mil colaboradores e dos mais de 5 milhões de associados caminhamos para a construção de uma sociedade mais próspera.

A todos, nosso agradecimento e Juntos seguiremos fazendo a diferença.

A ADMINISTRAÇÃO

Porto Alegre, 31 de março de 2022.

Conglomerado Prudencial do Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Demonstrações financeiras consolidadas

31 de dezembro de 2021

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial	1
Demonstrações financeiras consolidadas auditadas	
Balancos patrimoniais.....	9
Demonstrações dos resultados.....	10
Demonstrações dos resultados abrangentes	11
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	13
Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial	14

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial

Aos
Administradores e Acionistas do
Banco Cooperativo Sicredi S.A.
Porto Alegre - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial do Banco Cooperativo Sicredi S.A. (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do conglomerado prudencial do Banco Cooperativo Sicredi S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações financeiras do conglomerado prudencial previstas na Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, para elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial, conforme descrito na nota explicativa nº2 às referidas demonstrações.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial”. Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2, as demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial foram elaboradas pela diretoria do Banco para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil. Conseqüentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas foi elaborado exclusivamente para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras do Banco.

Operações de crédito, repasses interfinanceiros e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Conforme divulgado na nota explicativa nº 8 às demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial, em 31 de dezembro de 2021, o saldo bruto de operações de crédito, repasses interfinanceiros de crédito rural e outros créditos com características de crédito totaliza o montante de R\$ 56.202.136 mil, para os quais foram constituídas provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito no montante de R\$ 77.204 mil, sendo que durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi reconhecida, em base líquida, despesa para perdas esperadas associadas ao risco de crédito no montante de R\$ 50.052 mil. A diretoria exerce julgamento para fins da determinação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de acordo com o determinado pela Resolução 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional.

Consideramos este processo como um principal assunto de auditoria em função: (i) da relevância do saldo de operações de crédito e de repasses interfinanceiros, sujeitas à avaliação de perdas; (ii) das garantias recebidas para as operações de crédito concedidas, que podem impactar o nível de provisionamento a ser considerado; (iii) da situação econômica do País e do mercado em que os tomadores de crédito estão inseridos; (iv) do julgamento da diretoria em relação à atribuição de “*ratings*” que determinam o nível de provisão mínimo individual por operação, tomador de crédito ou grupo econômico; e (v) do processo de reconhecimento da receita de juros com as operações de crédito.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Nossos procedimentos de auditoria abordaram entre outros, o entendimento do processo estabelecido pela diretoria, bem como a realização de testes de controles relacionados com: (i) a originação das operações; (ii) a análise e aprovação de operações de crédito e de repasses interfinanceiros considerando os níveis de alçadas estabelecidas; (iii) atualização tempestiva de informações dos tomadores de crédito e repasses; (iv) correlação das operações de repasses interfinanceiros com as condições e valores dos recursos captados na forma de obrigações por repasse; (v) reconhecimento de receitas de juros de operações em curso normal; e (vi) suspensão do reconhecimento de receita sobre operações de crédito vencidas há mais de 59 dias.

Nossos testes do desenho e da operação dos controles forneceram uma base para que pudéssemos continuar com a natureza, época e extensão planejadas de nossos procedimentos substantivos de auditoria. Adicionalmente realizamos, com base em uma amostra de operações de crédito e repasses interfinanceiros, testes relativos a análise da documentação que consubstancia o nível de provisionamento determinado para os itens selecionados, recálculo da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito com base nos “*ratings*” atribuídos, análise de garantias recebidas, confirmação de saldo para validação da existência das operações de crédito e repasses interfinanceiros selecionadas, recálculo do saldo em aberto na data-base do procedimento, além de testes de soma para confronto do total da base de dados com os registros contábeis e recálculo do total da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a carteira de operações de crédito, repasses interfinanceiros de crédito rural e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria para apuração e registro contábil dessas operações, assim como as divulgações efetuadas na nota explicativa nº 8 às demonstrações financeiras, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Ambiente de tecnologia da informação

As operações do Banco, em razão de volume e complexidade, são altamente dependentes do funcionamento adequado da estrutura de tecnologia da informação de seus sistemas. Desta forma, consideramos o ambiente de tecnologia da informação como um principal assunto de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de especialistas nos testes de controle gerais de tecnologia para os processos de gestão de mudança e gestão de acessos referente aos sistemas considerados relevantes para a elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial.

Também realizamos procedimentos para avaliar a efetividade de controles automatizados considerados relevantes, que suportam os processos significativos de negócios e os registros contábeis das operações.

Nossos testes sobre o desenho e operação dos controles gerais de tecnologia da informação considerados relevantes para os procedimentos de auditoria efetuados forneceram base para que pudéssemos continuar com a natureza, época e extensão planejadas de nossos procedimentos substantivos de auditoria.

Transações com parte relacionadas

O Banco é parte integrante da estrutura organizacional do Sistema Cooperativo Sicredi e realiza, dentro do âmbito de suas operações, transações com essas partes relacionadas. Devido ao grande número de partes relacionadas, ao volume transacionado e ao risco inerente associado a estas transações, consideramos as transações com partes relacionadas como principal assunto de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento das políticas e procedimentos que o Banco possui para identificar e mapear as transações com partes relacionadas, além da obtenção de representação formal, por parte da diretoria, a respeito da identificação de todas as partes relacionadas do Banco e de suas controladas. Testamos, de forma amostral, as transações com partes relacionadas, para validar a existência, valorização e competência dos saldos registrados, bem como as eliminações de seus efeitos, quando aplicáveis, nas demonstrações financeiras consolidadas do Banco. Com base nos exames efetuados, confirmamos que as transações com partes relacionadas seguem condições de mercado. Também avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pelo Banco na nota explicativa 21, às demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a avaliação das transações com partes relacionadas, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que as políticas e critérios adotados pela diretoria, na identificação e reconhecimento das transações com partes relacionadas são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

O Banco elaborou um conjunto de demonstrações financeiras individuais e consolidadas para fins gerais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria sem modificações, em 17 de fevereiro de 2021.

Demonstração do resultado abrangente (DRA)

A demonstração do resultado abrangente (DRA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da diretoria do Banco, e apresentada como informação suplementar às disposições para elaboração de demonstrações financeiras do conglomerado prudencial previstas na Resolução nº 4.280 do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 4.818 do Conselho Monetário Nacional e na Resolução nº 2 do Banco Central do Brasil. Em nossa opinião, essa demonstração do resultado abrangente foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessas Resoluções e é consistente em relação às demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial e o relatório do auditor

A diretoria do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial de acordo com a Resolução 4.280, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos na nota explicativa nº2 às referidas demonstrações, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras, e incluem a diretoria e o Conselho Fiscal do Banco.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.



Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 31 de março de 2021.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-SP015199/F

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Américo F. Ferreira Neto', is written over a horizontal line.

Américo F. Ferreira Neto
Contador CRC-1SP192685/O-9

Conglomerado Prudencial do Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Balanço patrimonial consolidado
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Ativo			
Disponibilidades	4	523.440	369.462
Instrumentos financeiros		82.325.195	66.993.218
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	5.767.144	4.287.713
Depósitos compulsórios no Banco Central	6	3.784.928	3.080.921
Títulos e valores mobiliários e inst. financeiros derivativos	7	8.575.025	15.276.459
Carteira própria		5.523.225	2.919.803
Vinculados a operações compromissadas		2.480.595	11.850.507
Vinculados a prestação de garantias		444.799	459.953
Instrumentos financeiros derivativos	7.c	126.406	46.196
Repasse interfinanceiros	8	38.688.782	24.745.879
Operações de crédito	8	17.339.331	14.486.086
Outros ativos financeiros	9	8.241.414	5.138.175
Provisão perdas esperadas associadas ao risco de crédito	8.e	(71.429)	(22.015)
Créditos tributários	20b	58.750	41.373
Outros ativos	10	181.144	126.473
Investimentos em participações em controladas	11	79.742	88.617
Outros investimentos		693	642
Imobilizado de uso	12	6.994	6.971
Intangível	12	119	578
TOTAL DO ATIVO		83.176.077	67.627.334

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Passivo e patrimônio líquido			
Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros		80.244.200	65.689.105
Depósitos	13	41.166.410	28.222.365
Captações no mercado aberto	13	3.749.399	13.472.602
Recursos de aceites e emissão de títulos	14	9.069.682	4.157.403
Obrigações por empréstimos	15	4.488.697	2.500.900
Obrigações por repasses no País - Instituições oficiais	15	14.329.542	12.465.841
Instrumentos financeiros derivativos	7.c	29.404	48.267
Outros passivos financeiros	16	7.411.066	4.821.727
Provisões para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	17	28.367	28.128
Obrigações fiscais diferidas	20b	55.060	-
Outros passivos	18	398.435	396.903
Patrimônio líquido	19	2.449.876	1.513.189
Capital social		2.388.974	1.458.974
Reserva legal		60.681	55.281
Outros resultados abrangentes		221	(1.066)
Participação de acionistas não controladores		139	9
Participação de acionistas não controladores		139	9
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		83.176.077	67.627.334

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial

Conglomerado Prudencial do Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Demonstrações dos resultados consolidados
Semestre findo em 31 de dezembro de 2021 e
exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações)

	Nota	2º Semestre de 2021	31/12/2021	31/12/2020
Receitas da intermediação financeira		2.834.055	4.285.651	3.141.065
Operações de crédito e repasses interfinanceiros	8.f	1.677.615	2.800.157	2.058.315
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		788.277	1.133.664	1.081.425
Resultado de instrumentos financeiros derivativos		240.318	182.853	(152.439)
Resultado de operações de câmbio		41.695	47.924	83.442
Resultado de aplicações compulsórias		86.150	121.053	70.322
Despesas da intermediação financeira		(2.209.213)	(3.004.856)	(2.062.994)
Operações de captação no mercado		(1.525.041)	(2.129.313)	(1.348.797)
Resultado de empréstimos e repasses		(684.172)	(875.543)	(714.197)
Resultado da intermediação financeira		624.842	1.280.795	1.078.071
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		(17.945)	(50.052)	(13.960)
Resultado bruto da intermediação financeira		606.897	1.230.743	1.064.111
Outras receitas (despesas) operacionais		(458.932)	(1.019.708)	(900.133)
Receitas de prestação de serviços	23	200.297	391.990	360.471
Despesas de pessoal	24	(48.584)	(87.764)	(85.881)
Outras despesas administrativas	25	(730.325)	(1.481.698)	(1.255.567)
Despesas tributárias		(43.401)	(101.712)	(87.251)
Resultado de participações em controladas	11	3.982	6.123	3.973
Outras receitas operacionais	26	219.646	375.880	300.349
Outras despesas operacionais	27	(60.547)	(122.527)	(136.227)
Resultado operacional		147.965	211.035	163.978
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		147.965	211.035	163.978
Imposto de renda e contribuição social	20	(56.626)	(79.725)	(58.310)
Imposto de renda		19.888	(23.281)	(39.328)
Contribuição social		13.442	(19.814)	(30.202)
Créditos fiscais diferidos líquidos		(89.956)	(36.630)	11.220
Participações dos empregados nos lucros		(12.485)	(23.177)	(21.310)
Participações dos acionistas não controladores		(105)	(130)	(1)
Lucro líquido do semestre/exercício		78.749	108.003	84.357

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial

Conglomerado Prudencial do Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Semestre findo em 31 de dezembro de 2021
e exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	<u>2º semestre de 2021</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Lucro líquido do exercício	78.749	108.003	84.357
Participação dos não controladores	(193)	(130)	(1)
Lucro líquido do período atribuível aos acionistas	<u>78.556</u>	<u>107.873</u>	<u>84.356</u>
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda	1.213	2.340	(1.870)
Tributos sobre ajustes de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda	(546)	(1.053)	842
Total dos ajustes não incluídos no lucro líquido	<u>667</u>	<u>1.287</u>	<u>(1.028)</u>
Resultado abrangente do período	79.223	109.160	83.328
Atribuível aos acionistas:			
Lucro líquido do período atribuível aos controladores	79.416	109.290	83.329
Lucro líquido do período atribuível aos não controladores	(193)	(130)	(1)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial

Conglomerado Prudencial do Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Semestre findo em 31 de dezembro de 2021
e exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Capital Social			Reserva		Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Patrimônio líquido da controladora	Participação dos acionistas não controladores	Total
	Subscrito	A Integralizar	A ser homologado pelo Banco Central	Reserva legal						
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.338.974	(85.000)	-	51.063	(38)	-	1.304.999	8	1.305.007	
Aumento de capital	120.000	85.000	-	-	-	-	205.000	-	205.000	
Ajustes ao valor de mercado – TVM	-	-	-	-	(1.028)	-	(1.028)	-	(1.028)	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	84.357	84.357	1	84.358	
Destinações do lucro:										
Destinações para reservas	-	-	-	4.218	-	(4.218)	-	-	-	
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	(70.139)	(70.139)	-	(70.139)	
Distribuição de juros ao capital	-	-	-	-	-	(10.000)	(10.000)	-	(10.000)	
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.458.974	-	-	55.281	(1.066)	-	1.513.189	9	1.513.198	
Aumento de capital	930.000	-	-	-	-	-	930.000	-	930.000	
Ajustes ao valor de mercado – TVM	-	-	-	-	1.287	-	1.287	-	1.287	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	108.003	108.003	130	108.133	
Destinações do lucro:										
Destinações para reservas	-	-	-	5.400	-	(5.400)	-	-	-	
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	(92.603)	(92.603)	-	(92.603)	
Distribuição de juros ao capital	-	-	-	-	-	(10.000)	(10.000)	-	(10.000)	
Saldos em 31 de dezembro de 2021	2.388.974	-	-	60.681	221	-	2.449.876	139	2.450.015	
Saldos em 30 de junho de 2021	1.458.974	-	290.000	55.281	(446)	29.254	1.833.063	34	1.833.097	
Aumento de capital	930.000	-	(290.000)	-	-	-	640.000	-	640.000	
Ajustes ao valor de mercado – TVM	-	-	-	-	667	-	667	-	667	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	78.749	78.749	105	78.854	
Destinações do lucro:										
Destinações para reservas	-	-	-	5.400	-	(5.400)	(0)	-	(0)	
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	(92.603)	(92.603)	-	(92.603)	
Distribuição de juros ao capital	-	-	-	-	-	(10.000)	(10.000)	-	(10.000)	
Saldos em 31 de dezembro de 2021	2.388.974	-	-	60.681	221	-	2.449.876	139	2.450.015	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial

Conglomerado Prudencial do Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa Semestre findo em 31 de dezembro de 2021 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

	2º Semestre de 2021	31/12/2021	31/12/2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	135.480	187.858	142.668
Ajustes ao lucro líquido antes dos impostos			
Ajuste ao valor de mercado - TVM e derivativos	(10.399)	(34.563)	3.188
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	17.945	50.052	13.960
Depreciações e amortizações	808	1.645	1.682
Perda na alienação de imobilizado	118	143	85
Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	(414)	239	4.472
Juros sobre instrumentos híbridos de capital	697	937	(311)
Resultado de participação em controladas	(3.982)	(6.123)	(3.973)
Lucro líquido ajustado no exercício	140.253	200.188	161.771
Variações nos ativos e passivos			
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(2.459.201)	(2.272.471)	(444.063)
Redução em TVM e instrumentos financeiros derivativos	1.742.909	124.467	10.054.642
(Aumento) em depósitos compulsórios no Banco Central	(267.343)	(704.007)	(18.346)
(Aumento) em repasses interfinanceiros	(11.039.862)	(13.942.903)	(8.035.755)
(Aumento) em operações de crédito	(2.393.285)	(2.853.245)	(2.795.541)
(Aumento) em outros instrumentos financeiros	(677.451)	(615.661)	(153.376)
(Aumento) redução em provisão perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(424)	(638)	1.477
(Aumento) em outros ativos e créditos tributários	(46.173)	(54.672)	(27.904)
Aumento em depósitos	3.882.669	12.944.045	6.653.441
(Redução) em captações no mercado aberto	(3.775.479)	(9.723.203)	(2.495.968)
Aumento em recursos de aceites e emissão de títulos	3.308.648	4.912.279	2.123.436
Aumento em obrigações por empréstimos e repasses	3.135.664	3.851.498	3.430.151
Aumento (redução) em outras provisões, obrigações fiscais diferidas e outros passivos	(149.260)	54.875	58.668
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das operações	(8.598.335)	(8.079.448)	8.512.633
Impostos de renda e contribuição social pagos	(22.628)	(42.042)	(62.707)
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais	(8.620.963)	(8.121.490)	8.449.926
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Títulos e créditos a receber	101.311	100.825	7.011
Aquisição de imobilizado de uso	(629)	(1.352)	(1.600)
Restituição de capital em empresas controladas	1	-	41.190
Aquisição de outros investimentos	(51)	(51)	(85)
(Aumento) de Títulos Disponíveis para Venda	8.042.266	6.334.313	(6.173.399)
(Aumento) de Títulos Mantidos até o Vencimento	878.334	259.641	(5.861.695)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento	9.021.232	6.693.376	(11.988.578)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Dívida subordinada	(61.295)	(60.809)	(7.011)
Aumento de capital	640.000	930.000	205.000
Juros ao capital pagos	-	(10.000)	(10.000)
Dividendos pagos	-	(70.139)	(79.081)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	578.705	789.052	108.908
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	978.974	(639.062)	(3.429.744)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.172.990	2.791.026	6.220.770
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	2.151.964	2.151.964	2.791.026

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial

Conglomerado Prudencial do Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

O Banco Cooperativo Sicredi S.A. (“Banco” ou “Instituição”), instituição financeira privada nacional, constituído de acordo com a Resolução nº 2.193, de 31 de agosto de 1995, do Conselho Monetário Nacional - CMN, teve seu funcionamento autorizado pelo Banco Central do Brasil – BACEN em 20 de março de 1996 e iniciou suas atividades em 3 de junho de 1996, está situado na Avenida Assis Brasil, 3940 em Porto Alegre/RS. A Instituição tem por objeto social e atividade preponderante o exercício de operações bancárias de caráter comercial, inclusive de operações de câmbio, operando na forma de banco múltiplo, através de sua carteira comercial e de investimentos. Por decisão estratégica do Sistema de Crédito Cooperativo (“Sicredi” ou “Sistema”), atua como instrumento das Cooperativas de Crédito, possibilitando a estas, através de convênios, operar nos diversos mercados disponíveis e praticar operações complementares às de sua natureza, oportunizando aos seus associados o acesso a um balcão de serviços completo.

Em 31 de dezembro de 2021, o Sistema está organizado por 108 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com 2.203 pontos. A estrutura conta ainda com as cinco Centrais Regionais (“Centrais”) – acionistas da Sicredi Participações S.A. – a Confederação das Cooperativas do Sicredi (“Confederação Sicredi”), a Fundação Sicredi, além do Banco, que controla a Corretora de Seguros Sicredi Ltda., a Administradora de Consórcios Sicredi Ltda. e a Administradora de Bens Sicredi Ltda.

As operações são conduzidas no contexto do conjunto das empresas integrantes do Sicredi, atuando no mercado de forma integrada. Os benefícios dos serviços prestados entre as empresas do Sistema e os custos das estruturas operacional e administrativa são absorvidos, em conjunto ou individualmente, por essas empresas.

O Banco e o Rabo Partnerships B.V., braço de desenvolvimento do grupo holandês Rabobank, firmaram acordo de investimento em 07 de junho de 2011. A parceria proporciona o intercâmbio de informações e de conhecimentos técnicos entre o Sistema Sicredi e o Sistema Rabobank, podendo ampliar o portfólio de produtos do Sicredi nos segmentos nos quais o Rabobank tem expertise. O processo, formalizado através de acordo de investimento, foi aprovado pelo BACEN em 27 de janeiro de 2011 e também pelo governo federal, através do Decreto presidencial de 18 de maio de 2011, publicado no Diário Oficial da União em 19 de maio de 2011.

Em outubro de 2012, o Banco e a International Finance Corporation (“IFC”), membro do Banco Mundial e maior instituição de desenvolvimento global voltada para o setor privado nos países em desenvolvimento, firmaram acordo de investimento. A parceria visa contribuir para a manutenção da capacidade de alavancagem do Banco em níveis que permitam atender às demandas das Cooperativas filiadas, além de garantir o alinhamento estratégico do Sistema e IFC. O processo, formalizado através de acordo de investimento, foi aprovado pelo Banco Central do Brasil em 24 de maio de 2013.

Em 31 de dezembro de 2021, o Rabo Partnerships B.V. e a IFC detêm, respectivamente, participação de 12,10% e 1,59% (em dezembro de 2020 - 19,45% e 2,55%, respectivamente) das ações do Banco.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial

Apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial

As demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial do Banco Cooperativo Sicredi S.A. foram elaboradas pela administração da instituição para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280/13, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN. Dessa forma, tais demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial não representam as demonstrações financeiras individuais ou consolidadas de uma pessoa jurídica e suas controladas, bem como não podem ser tomadas por base para fins de cálculo de dividendos, avaliação de desempenho, impostos ou para quaisquer outros fins societários ou estatutários.

Conglomerado Prudencial do Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

Adicionalmente, a partir de janeiro de 2021, as alterações da Resolução CMN nº 4.818/2020 e da Resolução Bacen nº 2/20, foram incluídas na apresentação das demonstrações financeiras. O objetivo principal dessas alterações é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações de acordo com as normas internacionais de contabilidade, Internacional Financial Reporting Standards (IFRS). As principais alterações implementadas foram: (i) as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade e não mais segregadas em Circulante e Não Circulante, sendo a segregação apresentada apenas em Nota Explicativa; (ii) os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior; (iii) a inclusão da Demonstração do Resultado Abrangente e (iv) na apresentação das notas explicativas as informações sobre os resultados recorrentes e não recorrentes de forma segregada.

A aprovação destas demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial foi dada pela Diretoria em 31 de março de 2022.

a) Critérios de consolidação

No processo de consolidação, os saldos de transações entre as empresas foram eliminados e foram destacadas as parcelas do lucro líquido e do patrimônio líquido referente às participações dos acionistas não controladores.

b) Relação das instituições incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial

De acordo com a Resolução nº 4.280/13, o conglomerado prudencial do Banco Cooperativo Sicredi é formado pela seguinte entidade, além do Banco:

Administradora de Consórcios Sicredi Ltda: sociedade limitada, constituída de acordo com a Circular nº 3.260/04 do Banco Central do Brasil - Bacen, teve seu funcionamento autorizado pelo Bacen a administrar grupos de consórcios, conforme publicação do Diário Oficial da União em 11 de maio de 2006. A Instituição tem por objetivo social a formação, organização e administração de grupos de consórcios, destinados à aquisição de bens móveis duráveis, imóveis e serviços. Também constituem objeto social à prestação de serviços a terceiros mediante a venda e colocação de quotas de outras administradoras de consórcios, a administração de grupos de outras administradoras de consórcios e a realização de serviços de cadastro, pesquisas e consultoria a outras administradoras de consórcio.

Sicredi - Estratégia Arrojada Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado Longo Prazo: constituído sob a forma de condomínio aberto em 01 de abril de 2021, com prazo indeterminado de duração, é regido pelas disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis. O fundo destina-se a investidores pessoas físicas e jurídicas em geral.

Sicredi - Estratégia Conservadora Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Renda Fixa Longo Prazo: constituído sob a forma de condomínio aberto em 01 de abril de 2021, com prazo indeterminado de duração, é regido pelas disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis. O fundo destina-se a investidores pessoas físicas e jurídicas em geral.

Sicredi - Estratégia Moderada Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado Longo Prazo: constituído sob a forma de condomínio aberto em 01 de abril de 2021, com prazo indeterminado de duração, é regido pelas disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis. O fundo destina-se a investidores pessoas físicas e jurídicas em geral.

Sicredi Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Ações Sustentáveis ESG: constituído sob a forma de condomínio aberto em 16 de dezembro de 2021, com prazo indeterminado de duração, é regido pelo presente Regulamento e pelas disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis. O fundo destina-se a investidores pessoas físicas e jurídicas em geral e está enquadrado na Resolução 3.922/2010 do Conselho Monetário Nacional e alterações posteriores estando apto a captar

Conglomerado Prudencial do Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

recursos dos Regimes Próprios de Previdência Social, observados os limites estabelecidos na legislação vigente.

Empresa	Atividade	31/12/2021	31/12/2020
Participações do Banco diretas no capital:		%	%
Administradora de Consórcios Sicredi Ltda.	Administradora de Consórcios	99,99	99,99
Sicredi - FIC Mult Estratégia Arrojada LP	Fundo de investimento	98,53	-
Sicredi - FIC RF Estratégia Conservadora LP	Fundo de investimento	59,81	-
Sicredi - FIC Mult Estratégia Moderada LP	Fundo de investimento	95,62	-
Sicredi - Ações Sustentáveis ESG FIC FIA	Fundo de investimento	87,52	-

As demais empresas controladas pelo Banco, citadas na nota explicativa 01, segundo estabelecido pela Resolução nº 4.280/13, não foram consolidadas, sendo apresentadas através da participação societária. O detalhamento destas entidades é demonstrado na nota explicativa 11.

c) Moeda funcional

As demonstrações financeiras consolidadas são expressas em reais, que é a moeda funcional das instituições integrantes do Conglomerado Prudencial.

3. **Resumo das principais práticas contábeis**

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devam ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos.

As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata die* e calculadas com base no modelo exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas a operações com o exterior, que são calculadas com base no método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações interfinanceiras de liquidez cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Títulos e valores mobiliários

Conforme estabelecido pela Circular nº 3.068/01 do BACEN, os títulos e valores mobiliários são classificados e mensurados subsequentemente da seguinte forma:

Títulos para negociação - são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período e classificados como ativo circulante, independentemente do prazo de vencimento;

Conglomerado Prudencial do Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação ou como mantidos até o vencimento e são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários;

Títulos mantidos até o vencimento - são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. A capacidade financeira é definida em projeções de fluxo de caixa, descontando a possibilidade de venda desses títulos.

e) Instrumentos financeiros derivativos

A Instituição utiliza derivativos, como swaps e futuros de taxas de juros, swap de moedas, futuros de câmbio em moedas estrangeiras e opções de taxas de juros com o objetivo de atender às necessidades próprias para administrar a exposição global do Banco e são classificados, na data de sua aquisição, de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento de proteção (*hedge*) ou não, conforme a Circular nº 3.082, de 30/01/2002, do BACEN. São classificados de acordo com a intenção da Administração, na data da contratação da operação, levando-se em conta se sua finalidade é para proteção contra risco (*hedge*) ou não, conforme a Circular nº 3.082/02 do Bacen.

As operações com instrumentos financeiros derivativos são registradas pelo seu valor justo, considerando as metodologias de marcação a mercado adotadas pelo Sicredi. O método de reconhecimento dos ganhos e perdas resultantes das operações depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de *hedge*, em casos de adoção da contabilidade de *hedge* ou *hedge accounting*.

Os instrumentos designados para fins de *hedge accounting* podem ser classificados de acordo com sua natureza nas seguintes categorias:

- *Hedge* de risco de mercado: devem ser classificados os instrumentos financeiros derivativos que se destinam a compensar riscos decorrentes da exposição à variação no valor de mercado do item objeto de *hedge*, sendo que os valores dos ganhos e perdas devem ser registrados em contrapartida ao resultado do período da Instituição;
- *Hedge* de fluxo de caixa: devem ser classificados os instrumentos financeiros derivativos que se destinam a compensar variações no fluxo de caixa estimado da Instituição, sendo que os valores dos ganhos e perdas, da parcela efetiva, em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido deduzido os efeitos tributários e demais variações em contrapartida ao resultado do período.

O Sicredi não possui operações classificadas como *hedge accounting* de fluxo de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, sendo suas operações de *hedge accounting* classificadas como risco de mercado.

Para os derivativos classificados na categoria de *hedge accounting* existe a identificação documental com as informações detalhadas das operações e os riscos envolvidos, a efetividade da estratégia, através de testes de efetividade prospectiva e/ou retrospectiva, bem como a marcação a mercado dos instrumentos e dos objetos de *hedge*, conforme determina a Circular nº 3.082/02.

As operações com derivativos no mercado de futuro e opções são custodiadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa e Balcão (“B3”). A determinação dos valores de mercado de tais instrumentos financeiros derivativos é baseada nas cotações divulgadas pelas bolsas especializadas.

f) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, quando aplicável, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções CMN nº 2.682/99 e nº 2.697/00.

Conglomerado Prudencial do Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

A atualização (“accrual”) das operações de crédito vencidas em até 59 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 60º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

g) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito e de câmbio é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos pelo BACEN nas Resoluções CMN nº 2.682/99 e nº 2.697/00, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

h) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias *pro rata die* incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

i) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, sendo que os investimentos em controladas estão ajustados por avaliação pelo método da equivalência patrimonial. Os outros investimentos estão avaliados ao custo, reduzidos ao valor recuperável, quando aplicável.

j) Imobilizado de uso

Demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na nota 12, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

k) Intangível

Corresponde à direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Instituição ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de software, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a ser usufruídos os benefícios respectivos, na razão de 10% a 20% ao ano, pelo método linear.

l) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive o ativo intangível, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida no resultado do período em questão pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

m) Ativos e passivos em moeda estrangeira

Os ativos monetários denominados em moedas estrangeiras são convertidos para reais utilizando as taxas de câmbio do Banco Central vigentes de acordo com as transações. As diferenças decorrentes de conversão de moeda são reconhecidas no resultado do período.

Conglomerado Prudencial do Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

n) Depósitos, obrigações por repasse e demais passivos financeiros

Estão demonstrados pelos valores das exigibilidades, considerados os encargos, variações cambiais e monetárias até a data das demonstrações financeiras, reconhecidos em base *pro-rata die*.

o) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base *pro rata die* incorridos, deduzidos das correspondentes despesas.

p) Créditos tributários, impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

Os créditos tributários de Imposto de Renda e Contribuição Social são constituídos sobre diferenças temporárias, às alíquotas de 25% para o Imposto de Renda e 25% para a CSLL. A realização desses créditos tributários ocorrerá quando da realização das provisões constituídas.

q) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.823/09 do BACEN, a saber:

Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;

Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;

As *obrigações legais* são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

r) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

s) Plano de pensão - contribuição definida

O Banco e as empresas controladas participam de plano de pensão administrado por entidade fechada de previdência privada, que provê a seus empregados benefícios pós-emprego na modalidade “contribuição definida”. Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual as empresas fazem contribuições fixas a uma entidade separada. As empresas não têm obrigação legal nem construtiva de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior.

Conglomerado Prudencial do Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

Para o plano de contribuição definida, as empresas pagam contribuições à entidade fechada de previdência privada, em bases compulsórias, contratuais ou voluntárias. As contribuições regulares compreendem os custos líquidos do período em que são devidas e, assim, são incluídas nos custos de pessoal.

t) Resultado por ação

O lucro líquido por ação é calculado em reais com base na quantidade de ações em circulação, na data dos balanços.

u) Resultado recorrente e não recorrente

Resultado recorrente é aquele que está relacionado com as atividades características do Banco ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto o resultado não recorrente é aquele decorrente de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro

4. Caixa e equivalentes de caixa

Na demonstração dos fluxos de caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Disponibilidades	523.440	369.462
Aplicações interfinanceiras de liquidez	1.628.524	2.421.564
Re vendas a liquidar - posição bancada	338.239	735.080
Re vendas a liquidar - posição financiada	1.281.758	1.665.032
Aplicações em moedas estrangeiras	8.527	21.452
Total	<u>2.151.964</u>	<u>2.791.026</u>

As disponibilidades e as aplicações financeiras de liquidez são classificadas como caixa e equivalentes de caixa para fins de apresentação da demonstração dos fluxos de caixa, quando atendido às determinações do CPC 03 (R2) – Demonstração dos fluxos de caixa.

Conglomerado Prudencial do Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Aplicações no mercado aberto	1.619.997	2.400.112
Re vendas a liquidar - posição bancada		
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	740
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	634.339
Notas do Tesouro Nacional - NTN	338.239	100.001
Re vendas a liquidar - posição financiada		
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	399.260
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	1.265.772
Notas do Tesouro Nacional - NTN	1.281.758	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	4.138.620	1.866.149
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI	4.138.620	1.866.149
Aplicações em moedas estrangeiras	8.527	21.452
Aplicações em moedas estrangeiras	8.527	21.452
Total Circulante	5.767.144	4.287.713

6. Depósitos compulsórios no Banco Central

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Depósitos de poupança	3.784.928	3.080.865
Microcrédito	-	56
Total circulante	3.784.928	3.080.921

Os depósitos de poupança referem-se aos valores de recolhimentos obrigatórios de Poupança Rural e do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), em moeda nacional mantidas junto ao Banco Central.

Conglomerado Prudencial do Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

7. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

a) Composição da carteira

	Nota	31/12/2021			31/12/2020	
		Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total da carteira	
Carteira própria						
Letras Financeiras do Tesouro - LFT		-	-	5.274.080	5.274.080	2.610.724
Cédula de Produto Rural - CPR		29.667	47.411	-	77.078	184.429
Fundos de investimento renda fixa		126.032	-	-	126.032	124.650
Letras Financeiras Subordinadas		-	-	46.035	46.035	-
Vinculados a operações compromissadas						
Letras Financeiras do Tesouro - LFT		-	-	2.480.595	2.480.595	8.867.428
Letras do Tesouro Nacional - LTN		-	-	-	-	2.983.079
Vinculados à prestação de garantias						
Letras Financeiras do Tesouro - LFT		-	-	444.799	444.799	459.953
Subtotal	7.b	155.699	47.411	8.245.509	8.448.619	15.230.263
Instrumentos financeiros derivativos		2.392	-	124.014	126.406	46.196
Total - 2021		158.091	47.411	8.369.523	8.575.025	
Total - 2020		4.420.086	5.226.669	5.629.704		15.276.459
Total circulante					205.502	9.646.755
Total não circulante					8.369.523	5.629.704

b) Classificação de títulos e valores mobiliários

	Custo atualizado	Valor de mercado
Mantidos para negociação		
Sem vencimento	126.032	126.032
Subtotal	126.032	126.032
Disponível para a venda		
A vencer acima de 12 meses	1.326.985	1.327.629
Subtotal	1.326.985	1.327.629
Mantidos até o vencimento		
A vencer em até 12 meses	77.078	76.989
A vencer acima de 12 meses	6.917.880	7.216.741
Subtotal	6.994.958	7.293.730
Total - 2021	8.447.975	8.747.391
Total - 2020	15.231.579	15.184.515

Com base no entendimento da Circular 3.068/01 do BACEN, os títulos registrados na categoria mantidos até o vencimento são avaliados pelos respectivos custos de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, enquanto os títulos mantidos para negociação e disponíveis para venda são ajustados pelo valor de mercado.

Atendendo ao disposto no Artigo 8º da Circular nº 3.068/01 do BACEN, a instituição declara possuir capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria mantidos até o vencimento.

Conglomerado Prudencial do Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

Durante o exercício de 2021, não foram realizadas reclassificações de categorias de títulos e valores mobiliários.

Em 31 de dezembro de 2021, os resultados não realizados dos títulos classificados na categoria de títulos disponíveis para venda apresentaram ganho líquido de R\$ 152 (em dezembro de 2020 – perda líquida de R\$ 1.672), os quais parte estão registrados líquidos dos efeitos tributários no patrimônio líquido na rubrica “Ajustes de avaliação patrimonial”, no valor de R\$ 1.287 (em dezembro de 2020 – R\$ 1.028).

Em 31 de dezembro de 2021, o montante de ajuste a valor de mercado de títulos classificados como mantidos para negociação registrado no resultado apresentou ganho de R\$ 223 (em dezembro de 2020 perda de R\$ 6.940).

O valor de mercado dos títulos públicos federais foi apurado com base na cotação obtida na Associação Brasileira de Entidades de Mercado Financeiro e de Capitais - ANBIMA.

O valor de mercado das cédulas do produtor rural (CPR) é obtido a partir da curva de juros, baseada nas taxas negociadas no mercado futuro de DI de um dia da B3, e nos *spreads* de crédito obtidos através do prêmio de risco estabelecido para a contraparte da operação. Como as operações de CPRs só são realizadas com associados das cooperativas do sistema desde que garantidas pela cooperativa via instrumento de Carta Fiança, considera-se a garantia solidária e a natureza do sistema cooperativo Sicredi para definir um único spread para todas as contrapartes.

O valor das cotas dos fundos é atualizado diariamente e esse valor é o oficial enviado à CVM e ANBIMA.

c) Instrumentos financeiros derivativos

São classificados, na data de sua aquisição, de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento de proteção (*hedge*) ou não, conforme a Circular nº 3.082, de 30/01/2002, do BACEN. As operações que utilizam instrumentos financeiros, efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de proteção (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco), são contabilizadas pelo valor justo, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na Demonstração do Resultado. O Banco utiliza instrumentos financeiros derivativos na modalidade *swap* cujo objeto de proteção são Captações realizadas no mercado exterior. A utilização desses instrumentos financeiros derivativos tem por objetivo, predominantemente, a proteção contra riscos decorrentes das oscilações cambiais, sendo o vencimento dos instrumentos atrelados ao vencimento das operações de captação.

Os instrumentos financeiros derivativos na modalidade *swap*, bem como as captações objeto de proteção são ajustados a valor de mercado, exceto quando mantido até o vencimento em operações casadas com a mesma contraparte (instrumento e objeto). A determinação dos valores de mercado dessas operações é realizada através de técnicas de modelagem, como o fluxo de caixa descontado, e aprovadas pela administração do Banco.

Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria de negociação e disponíveis para venda, prefixados, são operados de forma casada com contratos derivativos, no qual o instrumento utilizado para proteção das oscilações das taxas são contratos de DI Futuro. O objetivo desse instrumento é a proteção na oscilação das taxas dos títulos públicos prefixados.

Os títulos públicos objetos de proteção são ajustados ao valor de mercado, exceto quando mantidos até o vencimento, usando premissas de preços de mercado, obtidos através de cotações para ativos e passivos com mesmas características, ou então, semelhantes. Na indisponibilidade dessas premissas, são utilizadas modelagens de precificação, como o fluxo de caixa descontado, e aprovadas pela gestão da entidade. Quanto aos instrumentos financeiros, custodiados pela B3, eles possuem ajustes diários das operações de futuros que são registrados em contas de ativo ou de passivo, dependendo da natureza do ajuste, e liquidados em D+1.

Conglomerado Prudencial do Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

Os valores diferenciais e ajustes dos instrumentos financeiros derivativos ativos e passivos, respeitando a metodologia de cada operação, são registrados em contas patrimoniais, tendo como contrapartida as respectivas contas de resultado.

O Sicredi estabeleceu a contabilidade de *hedge* para as operações com derivativos de *swap*, no qual o objeto é a Captação no mercado exterior junto ao *Citibank* e ao *Japan International Cooperation Agency - JICA*, bem como as operações de DI Futuro, cujo objeto de proteção são os títulos públicos disponíveis para venda prefixados. Portanto, as variações e ajustes decorrentes da (des)valorização desses instrumentos e objetos são lançados em contrapartida ao resultado, independente da sua classificação conforme circular nº 3.068/01, uma vez obedecida a Circular nº 3.082/02, que dispõe sobre o reconhecimento de operações de *Hedge accounting* em contas do resultado, quando classificadas como risco de mercado.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, encontram-se ajustados ao seu valor de mercado, exceto os instrumentos financeiros derivativos específicos cujo ajuste é realizado apenas pela curva, registrados e avaliados conforme a Circular nº 3.082/02 do Bacen, e os seus valores referenciais estão registrados em contas de compensação, conforme demonstrados a seguir:

	31/12/2021				31/12/2020
	Posição líquida dos contratos a vencer				Total
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	
Compensação					
Contratos futuros	56.951	(14.503)	33.082	75.530	1.625.932
Contratos de swap	91.787	103	2.629.487	2.721.377	974.465
Total - 2021	148.738	(14.400)	2.662.569	2.796.907	
Total - 2020	(59.314)	1.607.176	1.052.535		2.600.397
Contratos de swap					
Posição ativa	2.392	-	124.014	126.406	46.196
Posição passiva	(10)	(24)	(29.370)	(29.404)	(48.267)
Total - 2021	2.382	(24)	94.644	97.002	
Total - 2020	(13)	(3)	(2.055)		(2.071)

	31/12/2021		31/12/2020	
	Valor referencial dos contratos	Custo - Valor a receber/recebido (A pagar/pago)	Valor de mercado	Valor de mercado
Contratos de futuros	75.530	(13)	-	-
Compromisso de compra	(245.341)	3	-	-
DI Futuro	(227.974)	7	-	-
DOL Futuro	(6.976)	(140)	-	-
WDO Futuro	(10.391)	136	-	-
Compromisso de venda	320.870	(16)	-	-
DI Futuro	303.331	(10)	-	-
DOL Futuro	11.234	(6)	-	-
WDO Futuro	6.306	-	-	-
Contratos de swap	2.721.377	86.677	97.002	(2.071)
Posição ativa	1.884.952	98.562	126.406	46.196
Moeda estrangeira	1.884.952	98.562	126.406	46.196
Posição passiva	836.425	(11.885)	(29.404)	(48.267)
Moeda estrangeira	836.425	(11.885)	(29.404)	(48.267)

Conglomerado Prudencial do Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

Os ajustes diários das operações de futuros são registrados em contas de ativo ou de passivo, dependendo da natureza do ajuste, e liquidados em D+1. O saldo contabilizado em 31 de dezembro de 2021, junto à conta "Negociação e intermediação de valores" no ativo é de R\$ 153 (em dezembro de 2020 – R\$ 545) e no passivo é de R\$ 166 (em dezembro de 2020 – R\$ 31), no Banco e no consolidado.

O resultado das operações com derivativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi positivo em R\$ 182.853 (em dezembro de 2020 – perda de R\$ 152.439).

Os títulos públicos dados em garantia para operações em bolsas, em 31 de dezembro de 2021, totalizam em posição patrimonial o montante de R\$ 425.604 (em dezembro de 2020 – R\$ 196.462).

A seguir são apresentados os valores referenciais, objetos e instrumentos financeiros referente as operações classificadas como *hedge accounting* risco de mercado.

	31/12/2021			31/12/2020
	Posição líquida dos contratos a vencer			
	Valor referencial	Valor da Curva	Valor de Mercado	Valor de Mercado
<u>Hedge Risco de Mercado - Captações</u>				
Instrumento de Hedge	1.116.718	3.140	(21.632)	(48.253)
Contratos de swap (a pagar)	1.116.718	3.140	(21.632)	(48.253)
Objetos de Hedge	1.116.718	1.140.321	1.115.549	713.750
Captações no mercado exterior	1.116.718	1.140.321	1.115.549	713.750

Foram realizados testes de efetividade prospectiva e retrospectiva sobre a carteira de *hedge* classificada como Risco de Mercado, o qual os resultados apurados foram efetivos e em conformidade com o estabelecido na Circular 3.082/02 do Banco Central.

Conglomerado Prudencial do Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

8. Operações de crédito, repasse interfinanceiros e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

a) Composição das operações de créditos por tipo de operação

	Nota	31/12/2021				Total da carteira	31/12/2020	
		Vencidas a partir de 15 dias	A vencer					Total da carteira
			Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses			
Operações de crédito		392	642.424	2.915.994	13.780.521	17.339.331	14.486.086	
Empréstimos e títulos descontados	4		143.057	470.567	1.568.300	2.181.928	1.989.855	
Financiamentos	388		165.445	345.185	554.808	1.065.826	1.052.608	
Financiamentos rurais e agroindustriais	-		317.098	2.059.593	10.508.173	12.884.864	10.850.795	
Financiamentos imobiliários	-		16.824	40.649	1.149.240	1.206.713	592.828	
Repasse Interfinanceiros		-	3.063.915	20.328.680	15.296.187	38.688.782	24.745.879	
Repasse Interfinanceiros crédito rural e outros recursos	-		3.063.915	20.328.680	15.296.187	38.688.782	24.745.879	
Operações de câmbio		-	38.300	134.192	1.531	174.023	128.380	
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	16.a	-	37.511	131.428	1.499	170.438	125.461	
Rendas sobre adiantamentos sobre contratos de câmbio	-		789	2.764	32	3.585	2.919	
Outros instrumentos financeiros		-	-	-	-	-	100.825	
Títulos e créditos a receber	-		-	-	-	-	100.825	
Total - 2021		392	3.744.639	23.378.866	29.078.239	56.202.136		
Total - 2020		252	2.536.359	16.878.016	20.046.543		39.461.170	
Total circulante						27.123.897	19.414.627	
Total não circulante						29.078.239	20.046.543	

b) Composição das operações de créditos por nível de risco

Conforme o disposto no artigo 3º da Resolução CMN nº 2.697/00, apresentamos a composição da carteira de operações de crédito, incluindo as operações de câmbio no valor de R\$ 174.023 (em dezembro de 2020 – R\$ 128.380) e outros créditos com característica de crédito no valor de R\$ 0 (em dezembro de 2020 – R\$ 100.825), distribuídas nos correspondentes níveis de risco, de acordo com a classificação prevista no artigo 1º da Resolução CMN nº 2.682/99:

Conglomerado Prudencial do Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

Níveis de risco	% Mínimo	Carteira		Provisão para operações de crédito, de câmbio e de outros créditos	
		31/12/2021	31/12/2020	Mínimo	Mínimo
				31/12/2021	31/12/2020
AA	0,00	44.256.059	37.686.469	-	-
A	0,50	11.134.083	1.445.314	55.670	7.226
B	1,00	469.783	327.221	4.698	3.271
C	3,00	340.983	382	10.229	11
D	10,00	185	179	19	18
E	30,00	204	117	61	35
F	50,00	95	77	48	39
G	70,00	132	13	92	9
H	100,00	612	1.398	612	1.398
Total		56.202.136	39.461.170	71.429	12.007
Total PDD adicional					10.008
Total PDD					22.015

Em dezembro de 2020, foram adotados para a carteira de crédito do Banco, percentuais de provisão para os ratings AA e B superiores aos mínimos requeridos pela Resolução CMN 2.682/99 face às incertezas econômicas do período.

Em 2021, a partir de uma nova avaliação do cenário econômico, os percentuais mínimos de provisão dessas operações foram redefinidos para os mesmos níveis exigidos pela Resolução CMN 2.682/99.

c) Composição das operações de créditos por setor de atividade e faixas de vencimento

Setor privado	31/12/2021				Total da carteira	Total da carteira
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer				
		Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses		
Rural	-	317.098	2.059.593	10.508.172	12.884.863	10.875.771
Indústria	6	37.166	118.347	129.015	284.534	301.081
Comércio	110	108.555	266.042	457.632	832.339	866.364
Intermediação financeira	-	3.063.974	20.341.058	15.358.678	38.763.710	23.125.717
Pessoas jurídicas	76	120.895	330.974	848.777	1.300.722	3.084.263
Pessoas físicas	201	80.127	222.202	626.725	929.255	615.146
Habitação	-	16.824	40.649	1.149.240	1.206.713	592.828
Total - 2021	393	3.744.639	23.378.865	29.078.239	56.202.136	
Total - 2020	253	2.536.358	16.878.016	20.046.543		39.461.170

Parte do saldo considerado como intermediação financeira e refere-se aos repasses interfinanceiros de crédito rural e outros recursos entre o Banco e as Cooperativas filiadas ao Sistema Sicredi, em 31 de dezembro de 2021. Os repasses totalizaram em 31 de dezembro de 2021 R\$ 38.688.782 (em dezembro de 2020 – R\$ 24.745.879).

Conglomerado Prudencial do Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

d) Concentração das operações de crédito

	<u>31/12/2021</u>	<u>%</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>%</u>
10 maiores devedores	14.540.801	25,87	9.939.498	25,19
50 devedores seguintes	22.896.984	40,74	14.304.354	36,24
100 devedores seguintes	2.262.456	4,03	1.530.101	3,88
Demais	16.501.895	29,36	13.687.217	34,69
Total	<u>56.202.136</u>	<u>100,00</u>	<u>39.461.170</u>	<u>100,00</u>

e) Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Saldo inicial	22.015	6.578
Constituição de provisão	77.204	6.581
Reversão de provisão	(17.144)	(2.629)
Constituição de provisão adicional	-	10.008
Reversão de provisão adicional	(10.008)	-
Créditos renegociados anteriormente baixados para prejuízo	-	2.000
Créditos baixados prejuízo	(638)	(523)
Saldo final	<u>71.429</u>	<u>22.015</u>

A maioria dessas operações possuem garantias reais, além de estarem garantidas pelas Cooperativas de Crédito conveniadas ao Sistema Sicredi.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo totalizaram o montante de R\$ 569 (em dezembro de 2020 – R\$ 3.728) e foram registradas como “Receitas da intermediação financeira - Operações de crédito”.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não foram realizadas renegociações de operações de crédito (em dezembro 2020 – R\$ 2.000).

f) Resultado com operações de crédito e repasses interfinanceiros

	<u>2º Semestre de 2021</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Repasses interfinanceiros	1.056.545	1.658.715	1.193.298
Empréstimos	153.028	282.899	162.034
Financiamentos	69.722	110.616	96.082
Financiamentos rurais e agroindustriais	360.385	683.306	567.258
Financiamentos habitacionais	37.393	64.052	35.915
Subtotal	<u>1.677.073</u>	<u>2.799.588</u>	<u>2.054.587</u>
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	542	569	3.728
Total	<u>1.677.615</u>	<u>2.800.157</u>	<u>2.058.315</u>

Conglomerado Prudencial do Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

9. Outros ativos financeiros

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Transações de pagamento	1.969.168	1.169.666
Pagamentos instantâneos	32.101	60.760
Carteira de câmbio	262.567	170.996
Negociação e intermediação de valores	156	545
Títulos e créditos a receber	-	100.825
Transações com cartão de crédito	5.977.422	3.635.383
Total circulante	<u>8.241.414</u>	<u>5.138.175</u>

As transações de pagamento referem-se a valores a receber dos emissores sobre a intermediação de operações realizados com cartões de crédito e de débito.

Os pagamentos instantâneos referem-se aos valores recolhidos ao Banco Central para a conta de pagamentos instantâneos (Conta PI) para liquidar as operações do Pix.

Os títulos e créditos a receber referem-se aos valores captados junto a IFC sob forma de dívida subordinada.

As transações com cartão de crédito referem-se aos saldos da agenda financeira de emissão a receber das Cooperativas para repasse as credenciadoras e bandeiras.

10. Outros ativos

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Devedores por convênios		4.478	711
Adiantamentos e antecipações salariais		3.089	3.052
Impostos e contribuições a compensar		21.288	2.251
Rendas a receber		48.597	44.701
Valores a receber empresas do sistema		17.948	12.302
Despesas antecipadas		16.996	2.154
Portabilidade de crédito ativa		782	6.406
Aluguel máquina Sicredi a receber		11.827	8.760
Outros		9.220	8.231
Total circulante		<u>134.225</u>	<u>88.568</u>
Despesas antecipadas		12.197	10.044
Devedores por depósitos em garantia	17	26.368	24.285
Ressarcimentos Diversos		8.354	3.576
Total não circulante		<u>46.919</u>	<u>37.905</u>
Total		<u>181.144</u>	<u>126.473</u>

Rendas a receber referem-se aos valores da taxa de administração de fundos e spread a receber.

Valores a receber empresas do sistema referem-se as despesas administrativas e demais despesas diversas pagas pelo Banco e cobradas posteriormente.

Conglomerado Prudencial do Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

Despesas antecipadas classificadas no ativo não circulante referem-se aos valores da apropriação dos custos de transação das operações de captações internacionais.

Conglomerado Prudencial do Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

11. Participações em controladas no País

Apresentamos abaixo os investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial nas controladas Sicredi Cartões Ltda. (Sicredi Cartões), Corretora de Seguros Sicredi Ltda. (Corretora de Seguros), Administradora de Bens Sicredi Ltda. (Administradora de Bens):

	Sicredi Cartões		Corretora de Seguros		Administradora de Bens		Total	Total
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Número de quotas possuídas	-	-	400	399	49.276	49.276		
Percentual de participação %	-	-	100,00	99,75	99,98	99,98		
Capital social	-	-	400	400	49.286	49.286		
Patrimônio líquido	-	-	26.800	35.772	52.952	52.946		
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	-	-	6.028	1.993	7	11		
Valor do investimento	-	-	26.800	35.682	52.942	52.935	<u>79.742</u>	<u>88.617</u>
Equivalência patrimonial	-	1.973	6.116	1.989	7	11	<u>6.123</u>	<u>3.973</u>

Em 12 de novembro de 2020, foi realizada a extinção da Sicredi Cartões Ltda., por definição estratégica da Diretoria Executiva do Banco Cooperativo Sicredi S.A., controlador da empresa. As operações antes realizadas por essa empresa passaram a ser conduzidas internamente pelas Cooperativas do Sistema e pela Confederação Sicredi.

Em 16 de dezembro de 2021, a empresa Corretora de Seguros Sicredi Ltda. realizou a distribuição de dividendos a seus controladores no montante de R\$ 15.000.

Conglomerado Prudencial do Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

12. Imobilizado de uso e intangíveis

	31/12/2021			31/12/2020	
	Custo corrigido	Depreciação/ amortização acumulada	Líquido	Líquido	Taxas anuais de depreciação/ amortização %
Imobilizado de uso	15.115	(8.121)	6.994	6.971	
Terrenos	151	-	151	151	0
Edificações	5.153	(2.382)	2.771	1.959	4
Móveis e utensílios e instalações	3.941	(1.885)	2.056	2.306	10
Equipamentos de informática e sistemas de processamento	3.742	(2.306)	1.436	1.074	20
Sistemas de transporte	1.486	(1.116)	370	337	20
Outras imobilizações	592	(432)	160	212	10
Imobilizações em andamento	50	-	50	932	0
Intangível	3.619	(3.500)	119	578	4
Total - 2021	18.734	(11.621)	7.113		
Total - 2020	19.434	(11.885)		7.549	

13. Depósitos e captações no mercado aberto

Apresentamos, a seguir, os depósitos e captações por faixa de vencimento:

	31/12/2021			31/12/2020	
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos	29.418.639	9.058.430	2.689.341	41.166.410	28.222.365
Depósitos à vista	81.031	-	-	81.031	99.358
Depósitos de poupança	26.056.793	-	-	26.056.793	22.200.753
Depósitos interfinanceiros	436.436	8.930.086	2.679.111	12.045.633	5.798.429
Depósitos a prazo	2.844.379	128.344	10.230	2.982.953	123.825
Captações no mercado aberto	2.302.266	277.446	1.169.687	3.749.399	13.472.602
Carteira própria	1.020.508	277.446	1.169.687	2.467.641	11.807.188
Carteira de terceiros	1.281.758	-	-	1.281.758	1.665.414
Fundos de investimentos	1.281.758	-	-	1.281.758	1.613.415
Instituições financeiras	-	-	-	-	51.999
Total - 2021	31.720.905	9.335.876	3.859.028	44.915.809	
Total - 2020	35.156.426	4.044.048	2.494.493		41.694.967
Total circulante				41.056.781	39.200.474
Total não circulante				3.859.028	2.494.493

Conglomerado Prudencial do Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

14. Recursos de aceites e emissão de títulos

	31/12/2021			Total	31/12/2020
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses		
Recursos de letras de crédito do agronegócio	479.900	1.878.940	4.286.011	6.644.851	2.649.309
Obrigações por emissão de letras financeiras	93.211	346.548	1.985.072	2.424.831	1.508.094
Total - 2021	573.111	2.225.488	6.271.083	9.069.682	
Total - 2020	272.928	2.124.897	1.759.578		4.157.403
Total circulante				2.798.599	2.397.825
Total não circulante				6.271.083	1.759.578

15. Obrigações por empréstimos e repasses

	31/12/2021			Total	31/12/2020
	Até 3 meses	De 3 até 12 meses	Acima de 12 meses		
Obrigações por empréstimos	434.250	893.492	3.160.955	4.488.697	2.500.900
Empréstimos no País	133.434	320.960	1.005.858	1.460.252	722.319
Empréstimos no País - Instituições Oficiais	1.021	2.467	69.747	73.235	55.393
Empréstimos no exterior	299.795	570.065	2.085.350	2.955.210	1.723.188
Obrigações por repasses no País - Instituições oficiais	455.875	2.431.884	11.441.783	14.329.542	12.465.841
Tesouro Nacional	3.765	54.846	19.773	78.384	17.052
Banco do Brasil	31.537	109.810	795.911	937.258	424.900
BNDES	288.710	1.591.692	8.111.159	9.991.561	9.193.962
FINAME	126.831	665.047	2.503.165	3.295.043	2.799.378
FNO Banco da Amazônia	5.032	10.489	11.775	27.296	30.549
Total - 2021	890.125	3.325.376	14.602.738	18.818.239	
Total - 2020	705.270	2.877.496	11.383.975		14.966.741
Total circulante				4.215.501	3.582.766
Total não circulante				14.602.738	11.383.975

Os empréstimos no País são representados por operações de Cédula de Crédito Bancário – CCB, proveniente de recursos captados em moeda estrangeira e convertidos em moeda nacional, com vencimentos até janeiro de 2025.

Os empréstimos no País - Instituições Oficiais são representados por recursos captados junto à Caixa Econômica Federal em moeda nacional, para aplicações em operações comerciais de financiamento habitacional, com vencimentos até dezembro de 2051.

Os empréstimos no exterior são representados por recursos captados em moeda estrangeira com vencimento até novembro de 2028. Parte destes contratos de captação possuem cláusulas restritivas de dívida (covenants), as quais, incluem, entre outras, cláusulas de manutenção de certos índices financeiros. O descumprimento destas cláusulas implica no imediato contato com os credores e comunicação dos motivos pelos quais não foi possível cumprir com os covenants em determinado período. A persistência do

Conglomerado Prudencial do Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

desenquadramento, pode levar a liquidação antecipada dos contratos. Em 31 de dezembro de 2021, o Banco está em conformidade com as cláusulas dos referidos contratos.

As obrigações por repasses no País representam principalmente captações junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. As operações contratadas, observadas as características de cada programa, possuem vencimentos mensais, trimestrais, semestrais e anuais até o ano de 2035. Tais recursos são repassados nos mesmos prazos e taxas de captação do programa acrescidos da comissão de repasse.

16. Outros passivos financeiros

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Recebimentos e pagamentos a liquidar		1.736	162
Transações de pagamento		5.511.578	3.325.214
Recursos em trânsito de terceiros		141.134	137.794
Transferência Interna de recursos		1.538	2.602
Negociação e intermediação de valores		168	31
Provisão juros poupança rural		76.305	15.881
Transações com cartão de crédito		1.277.975	947.292
Carteira de câmbio	16.a	100.705	44.999
Dívida subordinada	16.c	46.111	100.825
Total circulante		<u>7.157.250</u>	<u>4.574.800</u>
Obrigações por recursos de consorciados		29.909	23.221
Carteira de câmbio - adiantamentos	16.a	(1.499)	(763)
Instrumentos híbridos de capital e dívida	16.b	225.406	224.469
Total não circulante		<u>253.816</u>	<u>246.927</u>
Total		<u>7.411.066</u>	<u>4.821.727</u>

Transações de pagamento referem-se aos pagamentos que serão realizados aos credenciadores, relativos à agenda financeira da emissão.

Transações com cartão de crédito referem-se aos pagamentos que serão realizados aos estabelecimentos comerciais e demais parceiros, relativos à agenda financeira da aquisição, bem como eventuais saldos da agenda de emissão aguardando liquidação pela bandeira.

a) Carteira de câmbio

		31/12/2021	31/12/2020
Câmbio vendido a liquidar		17.364	6.146
Obrigações por compra de câmbio		252.280	163.551
Adiantamentos de contratos de câmbio	8.a	(168.939)	(124.698)
Total circulante		<u>100.705</u>	<u>44.999</u>
Adiantamentos de contratos de câmbio	8.a	(1.499)	(763)
Total não circulante		<u>(1.499)</u>	<u>(763)</u>
Total		<u>99.206</u>	<u>44.236</u>

Conglomerado Prudencial do Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

b) Instrumentos híbridos de capital e dívida

Em 02 de maio de 2005, em conformidade com a Resolução CMN nº 2.837/01, o Banco efetuou operação de captação junto às Cooperativas Centrais filiadas ao Sistema Sicredi no montante de R\$ 52.400, através da emissão de Recibos de Depósito Bancário - RDB, com a finalidade de sua elegibilidade como "Instrumento Híbrido de Capital e Dívida". A operação foi contratada sem prazo de vencimento e com remuneração atrelada à variação da taxa média diária dos depósitos interfinanceiros, denominada "Taxa DI – Cetip Over Extra Grupo" expressa na forma de percentual ao ano, base de 252 dias, calculada e divulgada diariamente pela B3.

Em 03 de janeiro de 2014, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.192/13, o Banco efetuou operação de captação junto às Cooperativas Centrais no montante de R\$ 134.539, através da emissão de Letra Financeira Subordinada, com a finalidade de sua elegibilidade como "Instrumento Híbrido de Capital e Dívida", em substituição aos Recibos de Depósito Bancário – RDB emitidos em 2005. A operação foi contratada sem prazo de vencimento e com remuneração atrelada à 100% da Taxa DI expressa na forma de percentual ao ano, base de 252 dias, calculada e divulgada diariamente pela B3. Os recursos captados poderão ser usados para absorção de eventuais prejuízos.

A captação encontra-se assim distribuída entre as Cooperativas Centrais:

Central	Valor atualizado	
	31/12/2021	31/12/2020
Central Sicredi Sul/Sudeste	139.157	138.580
Central Sicredi PR/SP/RJ	56.567	56.331
Central Sicredi MT/PA/RO	25.380	25.274
Central Sicredi Brasil Central	4.302	4.284
Total	<u>225.406</u>	<u>224.469</u>

c) Dívida subordinada

Em 15 de dezembro de 2021, o Banco efetuou a liquidação de sua dívida subordinada junto ao IFC, braço financeiro do Banco Mundial. A liquidação estava prevista para pagamento em dezembro de 2021, conforme vencimento firmado no contrato celebrado entre as partes em 07 de fevereiro de 2013.

Em outubro de 2021, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.192/2013, o Banco efetuou a emissão de Letras Financeiras Subordinadas (LFSN) no valor de R\$ 45.000, com vencimento em outubro de 2031. A operação possui pagamento de juros anuais e opção de recompra anual a partir do 5º ano. O valor atualizado da dívida subordinada em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 46.111.

Conglomerado Prudencial do Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

17. Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

O Banco é parte em processos judiciais dos quais seus assessores jurídicos classificam como risco de perda provável, sendo que os valores estimados e suas respectivas provisões estão registrados na rubrica “Provisão para riscos cíveis, tributário e trabalhistas” e demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Probabilidade de perda	31/12/2021	31/12/2020
Trabalhista	Provável	21.589	21.907
Cível	Provável	6.778	6.221
Total não circulante		28.367	28.128

Em 31 de dezembro de 2021, o Conglomerado possuía também processos cíveis, trabalhistas e tributários cuja probabilidade de perda é possível no montante de R\$ 46.131 (em dezembro de 2020 – R\$ 39.863).

Nas ações avaliadas como risco provável, destacamos a ação civil de indenização de danos morais no valor de R\$ 39.656 movida contra o Banco Sicredi referentes ao Programa Minha Casa Minha Vida, do Governo Federal, que não teriam sido adequadamente cumpridos.

A movimentação da provisão para riscos cíveis e trabalhistas é como segue:

Natureza	31/12/2020	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	31/12/2021
Trabalhista	21.907	287	(605)	21.589
Cível	6.221	614	(57)	6.778
Total não circulante	28.128	901	(662)	28.367

Em 31 de dezembro de 2021, os depósitos judiciais relacionados aos riscos supracitados contemplam o montante de R\$ 26.368 (em dezembro de 2020 – R\$ 24.285) registrados na rubrica de “Outros ativos”.

Conglomerado Prudencial do Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

18. Outros passivos

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	1.993	580
Dividendos a pagar	92.602	70.139
Sociais e estatutárias	8.524	8.538
Fiscais e previdenciárias	17.647	34.337
Credores diversos	129.814	92.440
Obrigações por convênios oficiais	10.803	13.106
Provisão para pagamentos a efetuar	9.668	28.527
Provisão folha de pagamento	38.373	36.679
Contas a pagar - empresas do grupo	83.670	103.222
Demais fornecedores	5.341	9.335
Total circulante	<u>398.435</u>	<u>396.903</u>

Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados referem-se aos valores de arrecadações de IOF, GPS, DARF e DAS.

Obrigações por convênios oficiais referem-se aos valores recebidos do INSS para pagamento de benefícios previdenciários mensais.

Contas a pagar – empresas do grupo referem-se aos valores da remuneração da distribuição dos produtos do Banco pelas cooperativas integrantes do Sicredi.

19. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social é de R\$ 2.388.974 (em dezembro de 2020 – R\$ 1.458.974), representado por 1.780.876.640 ações ordinárias (em dezembro de 2020 – 1.000.995.233), 249.548.540 ações preferenciais Classe A escriturais sem valor nominal (em dezembro de 2020 – 249.548.540) e 32.782.343 ações preferenciais Classe B escriturais sem valor nominal (em dezembro de 2020 – 32.782.343).

Na reunião do Conselho de Administração realizada em 20 de maio de 2021, foi autorizado o aumento do Capital Social em R\$ 290.000 mediante emissão de 245.947.226 ações ordinárias. O aumento foi aprovado pelo Conselho de Administração do Banco, tendo em vista a criação do limite de capital autorizado para futuros aumentos de capital social, deliberado em Assembleia Geral Extraordinária em 18 de junho de 2020. A homologação deste aporte no Banco Central ocorreu no mês de julho de 2021.

Na reunião do Conselho de Administração realizada em 16 de setembro de 2021, foi autorizado o aumento do Capital Social em R\$ 640.000 mediante emissão de 533.934.181 ações ordinárias. A homologação deste aporte junto ao Banco Central deu-se no dia 13 de outubro de 2021.

As ações preferenciais Classe A têm os seguintes direitos: (a) dividendos fixos e não cumulativos; (b) prioridade na distribuição de dividendos sobre todas as classes de ações atualmente existentes e a serem emitidas pelo Banco; (c) os mesmos direitos de voto concedidos às ações ordinárias do Banco atualmente existentes; e (d) prioridade no reembolso do capital social. Os dividendos atribuídos às ações ordinárias serão constituídos pelos lucros remanescentes após o pagamento das ações preferenciais Classe A.

Conglomerado Prudencial do Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

As ações preferenciais Classe B têm os seguintes direitos: (a) dividendos fixos e não cumulativos; (b) prioridade na distribuição de dividendos sobre todas as classes de ações atualmente existentes e a serem emitidas pelo Banco, com exceção das Ações Preferenciais Classe A que se colocarão *pari passu* com as Ações Preferenciais Classe B e, portanto, terão a mesma prioridade que as Ações Preferenciais Classe B; e (c) prioridade no reembolso do capital social, *pari passu* com as ações preferenciais Classe A.

Ações	31/12/2020	Movimentação do período	31/12/2021
	Saldo	Integralização	Saldo
Ordinária	1.000.995.233	779.881.407	1.780.876.640
Preferencial Classe A	249.548.540	-	249.548.540
Preferencial Classe B	32.782.343	-	32.782.343
Total	1.283.326.116	779.881.407	2.063.207.523

a) Reserva de lucros

Reserva Legal - constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício limitado a até 20% do capital social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76.

b) Dividendos

Conforme estatuto social da Instituição, o lucro líquido verificado, após as destinações legais e estatutárias, será totalmente distribuído aos acionistas.

Na reunião da Diretoria realizada no dia 21 de dezembro de 2020, foi aprovada a destinação do lucro líquido do exercício de 2020 no valor de R\$ 84.357, sendo que R\$ 80.139 foram distribuídos aos acionistas a título de dividendos, na forma do Estatuto Social da Companhia e Acordos de Acionistas, dos quais o valor de R\$ 10.000 foi distribuído às acionistas a título de juros sobre o capital próprio e imputado aos dividendos, e o valor de R\$ 70.139 a título de dividendos.

Na reunião da Diretoria realizada no dia 28 de dezembro de 2021, foi aprovada a destinação do lucro líquido do exercício de 2021 no valor de R\$ 108.003. Deste montante, R\$ 10.000 serão distribuídos às acionistas a título de juros sobre o capital próprio e imputado aos dividendos e R\$ 92.603 via dividendos.

Conglomerado Prudencial do Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

20. Imposto de renda e contribuição social

a) Conciliação do resultado de IRPJ e CSLL

As provisões para CSLL foram constituídas pela aplicação da alíquota de 25% e as provisões para Imposto de Renda (IR) pela aplicação de alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável que exceder a R\$ 240 no exercício, sobre o lucro tributável, conforme demonstrado abaixo:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Resultado antes da participação nos lucros, juros ao capital e antes da tributação sobre o lucro	211.035	163.978
Participação nos lucros e juros ao capital	(23.177)	(21.310)
Resultado após a participação nos lucros, juros ao capital e antes da tributação sobre o lucro	187.858	142.668
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais de 50% (2020 - 45%)	(93.929)	(64.201)
Exclusões / (Adições)		
Permanentes		
Resultado de participações em controladas	3.125	1.824
Incentivos fiscais	1.552	2.693
Constituição de PPR diretores	(1.412)	(1.518)
Honorários diretores	(129)	(211)
Reversão IR e CSLL do exercício anterior	-	13
Brindes, doações e patrocínios	(1.043)	(841)
Juros sobre capital próprio	5.000	4.500
Efeito da majoração da alíquota	1.793	1.049
Efeito da alteração de alíquota de CSLL	1.522	1.529
Outras movimentações permanentes	(562)	(667)
Adicional IR	48	21
Outros	308	479
Subtotal	10.202	8.871
Temporárias		
Reversão de PPR pessoal	(504)	18
(Provisão) de PPR diretores	(164)	(48)
(Provisão) para operações de crédito	(24.724)	(6.282)
(Provisão) reversão de provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	(17)	(1.740)
Ajuste de títulos marcados a mercado	66.769	(5.450)
Outros provisões de incentivos	(228)	(2)
Reversão de títulos baixados para prejuízo	-	258
Efeito da alteração de alíquota de CSLL/outras	-	(500)
Outros	(500)	(454)
Subtotal	40.632	(14.200)
IRPJ corrente	(23.281)	(39.328)
CSLL corrente	(19.814)	(30.202)
Constituição de créditos tributários	(36.630)	11.220
IRPJ e CSLL registrados no resultado	(79.725)	(58.310)
Alíquotas efetivas	42%	41%

O efeito da majoração da alíquota é referente ao diferencial de alíquota para as demais empresas não financeiras, nas quais a alíquota de Contribuição Social é de 9%.

O efeito da alteração de alíquota de CSLL do diferencial de alíquota para a empresa Banco, no qual a alíquota de Contribuição Social passou de 20% para 25% a partir de julho de 2021. O efeito do diferencial é aplicado sobre o saldo do ativo e passivo para o diferido em proporção das alíquotas para contribuição social corrente.

Conglomerado Prudencial do Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

b) Tributos diferidos ativos e passivos

i. *Composição dos tributos diferidos*

Os saldos de créditos tributários diferidos ativos e passivos em 31 de dezembro de 2021, já consideradas as alíquotas fiscais de 25% para o Imposto de Renda e 25% para a Contribuição Social e no período de 31 de dezembro de 2020 as alíquotas consideradas foram de 25% para o para o Imposto de Renda e 20% para a Contribuição Social. O registro dos valores ocorreu nas rubricas “Créditos Tributários” no ativo e “Obrigações Fiscais Diferidas” no passivo e apresentam-se como segue:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Diferenças temporárias - Ativo Fiscal Diferido		
Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	12.684	12.641
Provisões de PLR e PPR	11.014	10.493
Provisão para perdas em ativos	32.385	9.564
Marcação a mercado TVM's e instrumentos financeiros derivativos	470	6.556
Outras provisões	2.197	2.119
Total	<u>58.750</u>	<u>41.373</u>
Diferenças temporárias - Passivo Fiscal Diferido		
Marcação a mercado TVM's e instrumentos financeiros derivativos	(55.060)	-
Depreciação/amortização	-	-
Total	<u>(55.060)</u>	<u>-</u>

O reconhecimento contábil levou em consideração a realização provável desses tributos a partir de resultados futuros elaborados com base em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Em 31 de dezembro de 2021, o valor presente dos créditos tributários líquidos, calculados considerando a taxa média de 1,20% (em dezembro de 2020 – 2,66%), apurada com base na taxa média dos títulos públicos e das operações de crédito em carteira, monta a R\$ 63.333 (em dezembro de 2020 – R\$ 39.716).

Não existem créditos tributários não constituídos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

ii. *Período estimado de realização*

Os valores dos ativos, fiscais diferidos, apresentam as seguintes expectativas de realização 31 de dezembro de 2021 e 2020:

Ano	Valor dos créditos	
	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
2021	-	25.043
2022	30.195	5.603
2023	11.234	8.683
2024	10.390	2.044
2025	6.931	-
Total	<u>58.750</u>	<u>41.373</u>

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da

Conglomerado Prudencial do Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

Instituição e o resultado de imposto de renda e a contribuição social. Portanto a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Instituição.

iii. Movimentação no período

	Diferido ativo		Diferido passivo		Patrimônio líquido	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Saldo no início do exercício	41.373	31.509	-	(2.944)	(872)	(30)
Tributos diferidos constituídos	155.264	19.867	(147.763)	2.944	5.048	(842)
Tributos diferidos realizados	(137.887)	(10.003)	92.703	-	(3.994)	-
Saldo no final do exercício	58.750	41.373	(55.060)	-	182	(872)

21. Saldos e transações com partes relacionadas

Instituições relacionadas / Sistema de Crédito Cooperativo – (Sicredi)

Conforme detalhado no contexto operacional (nota 1), o Banco foi criado para atendimento as necessidades das Cooperativas de Crédito no acesso ao mercado financeiro em sua totalidade.

Abaixo apresentamos as principais operações realizadas pelo Banco com as entidades do Sistema Sicredi:

	31/12/2021	31/12/2020
Ativo	48.571.551	30.632.424
Aplicações em cotas de fundo de investimento	4.109	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	3.880.057	1.797.472
Repasse interfinanceiros	38.688.782	24.745.879
Operações de crédito	463.953	458.279
Rendas a receber	19.308	14.249
Títulos e créditos a receber	-	100.825
Outros créditos - diversos	5.565.325	3.528.317
Provisão perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(49.983)	(12.597)
Passivo	9.999.511	14.586.509
Depósitos à vista	30.940	82.865
Depósitos à prazo	2.840.667	-
Depósitos interfinanceiros	4.488.186	1.758.309
Captações no mercado aberto - carteira própria	961.680	10.686.961
Captações no mercado aberto - carteira de terceiros	1.281.758	1.665.414
Sociais e estatutárias	101.308	78.678
Outras obrigações - diversas	69.566	89.813
Instrumentos híbridos de capital e dívida	225.406	224.469
	31/12/2021	31/12/2020
Receitas	1.968.419	1.289.157
Operações de crédito	1.492.474	1.128.912
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	244.982	24.990
Receitas de prestação de serviços	19.844	21.379
Outras receitas operacionais	211.119	113.876
Despesas	2.900.152	1.574.613
Operações de captação no mercado	1.671.873	726.771
Outras despesas administrativas	1.188.905	835.456
Outras despesas operacionais	1.918	2.019
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	37.456	10.367

Conglomerado Prudencial do Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

Instituições relacionadas / controladas

Depósitos à vista

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Administradora de Bens Sicredi	22	265
Corretora de Seguros Sicredi	929	2.227
Sicredi - FIC Mult Estratégia Arrojada LP	6	-
Sicredi - FIC RF Estratégia Conservadora LP	6	-
Sicredi - FIC Mult Estratégia Moderada LP	6	-
Sicredi - FIC FIA ESG	5	-
Total	<u>974</u>	<u>2.492</u>

As captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária é fixado:

- O valor dos honorários mensais do diretor-presidente, do diretor-executivo e dos diretores, e
- O diretor-presidente, o diretor-executivo e os diretores terão também direito as prerrogativas previstas no Programa de Benefícios do Sicredi (PBS) e Programa de Educação Cooperativa (PEC) nos termos dos respectivos regulamentos e em condições equivalentes aos demais colaboradores.

Ainda em relação à remuneração da Administração, a atual política estabelece que 50% do valor líquido da remuneração variável, caso haja, será paga no ato e 50% estará disponível em 3 parcelas iguais, anuais e sucessivas, vencendo a primeira parcela no ano subsequente da data de pagamento. Este procedimento está aderente à Resolução CMN nº 3.921/10, que dispõe sobre a política de remuneração de administradores das instituições financeiras.

A remuneração paga a seus administradores foi como segue:

Benefícios de curto prazo aos administradores

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Proventos	5.087	4.230
Participação no resultado	4.796	4.999
Contribuição ao INSS	2.134	2.117
Total	<u>12.017</u>	<u>11.346</u>

Benefícios pós-emprego

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Plano de previdência complementar de contribuição definida	250	250
Total	<u>250</u>	<u>250</u>

O Banco e as empresas controladas não possuem benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

Conglomerado Prudencial do Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

22. Fundos de investimento administrados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

O Banco administra fundos de investimento, cujos patrimônios líquidos em 31 de dezembro de 2021, atingiram R\$ 57.968.419 (em dezembro de 2020 - R\$ 56.624.502).

A receita com a administração dos fundos de investimento, no exercício, atingiu R\$ 19.722 (em dezembro de 2020 – R\$ 21.152) e está apresentada na rubrica "Receita de prestação de serviços" (nota 23).

Os fundos de investimento são auditados por outros auditores independentes.

23. Receitas de prestação de serviços

	<u>2º Semestre de 2021</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Administração de fundos	10.188	19.720	21.152
Cobrança	2.230	4.315	3.675
Custódia	709	1.365	1.912
Serviços bancários	2.954	5.539	3.936
Taxa administração recursos	99	166	267
Processamento da compe	12.578	26.678	25.006
Convênios	14.257	28.186	23.859
Domicílio - aquisição	7.124	12.404	11.742
Garantias prestadas	505	563	266
Taxa de administração consórcio	149.258	292.235	260.930
Outros serviços	395	819	7.726
Total	<u>200.297</u>	<u>391.990</u>	<u>360.471</u>

O processamento da Compe refere-se às receitas do serviço de compensação.

A receita com convênios refere-se a receita com arrecadação dos convênios públicos e privados.

24. Despesas de pessoal

	<u>2ª Semestre de 2021</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Proventos	30.036	53.605	54.096
Benefícios	7.629	14.007	13.181
Encargos sociais	10.155	18.968	17.922
Treinamentos	355	633	509
Demais despesas de pessoal	409	551	173
Total	<u>48.584</u>	<u>87.764</u>	<u>85.881</u>

Conglomerado Prudencial do Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

25. Outras despesas administrativas

	2º Semestre de		
	2021	31/12/2021	31/12/2020
Serviços do Sistema Financeiro	566.707	1.199.421	1.048.177
Depreciação e amortização	808	1.645	1.682
Comunicação	2.768	4.766	3.718
Processamento de dados	8.633	17.487	14.739
Serviços de terceiros	118.113	208.842	138.376
Remuneração parceiras	4.539	8.638	7.504
Água, energia e gás	257	533	638
Aluguéis	288	572	631
Condomínio	2.225	4.216	3.851
Propaganda, publicidade, promoções e relações públicas	22.560	29.584	31.072
Transporte	30	56	92
Viagem	55	60	420
Taxas e emolumentos	449	1.208	730
Outras despesas	2.893	4.670	3.937
Total	<u>730.325</u>	<u>1.481.698</u>	<u>1.255.567</u>

As despesas dos Serviços do Sistema Financeiro são compostas substancialmente por despesas de prestação de serviços pelas Cooperativas integrantes do Sicredi de alocação de recursos provenientes das linhas de crédito do BNDES e equalização de custos dos programas PRONAF.

26. Outras receitas operacionais

	2º Semestre de		
	2021	31/12/2021	31/12/2020
Reversão provisões operacionais	10.481	13.597	13.763
Reversão provisões passivos contingentes	494	662	991
Ressarcimento de serviços - cartões	103.740	184.088	116.191
Ressarcimento de serviços - centralizadas	1.003	1.522	4.071
Recuperação de encargos e despesas	21.699	36.945	22.643
Compensação - RCO	34.152	73.133	67.669
Antecipação de recebíveis - PMA e Domicílio Sicredi	30.080	37.611	57.282
Incentivos Promocionais	10.831	14.006	13.747
Serviços Precificação	6.343	12.823	2.143
Outras receitas	823	1.493	1.849
Total	<u>219.646</u>	<u>375.880</u>	<u>300.349</u>

As receitas com Ressarcimento de serviços - cartões são referentes aos serviços de tarifas e processamento dos cartões realizadas pelas Cooperativas.

Compensação – RCO refere-se a receita com tarifas operacionais da compensação bancária com as outras instituições financeiras.

Conglomerado Prudencial do Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

27. Outras despesas operacionais

	2ª Semestre de		
	2021	31/12/2021	31/12/2020
Convênio - Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	1.534	2.732	2.526
Provisão para passivos contingentes	79	901	5.463
Provisão de garantias prestadas	69	180	229
Tarifa benefício INSS	10.370	13.524	3.996
Ressarcimento RCO	45.223	96.632	92.018
Antecipação de recebíveis - PMA e Domicílio Sicredi	-	-	23.592
Outras despesas	3.272	8.558	8.403
Total	<u>60.547</u>	<u>122.527</u>	<u>136.227</u>

Convênio - Instituto Nacional do Seguro Social - INSS referem-se às despesas pela prestação de serviços bancários de recolhimento de contribuições e pagamento de benefícios previdenciários relativo ao convênio realizadas pelas Cooperativas filiadas ao Sistema Sicredi.

Ressarcimento RCO referem-se a despesa com tarifas operacionais da compensação bancária com as outras instituições financeiras.

28. Resultado não recorrente

	2ª Semestre de		
	2021	31/12/2021	31/12/2020
Eventos não recorrentes			
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (adicional)	10.008	10.008	(10.008)
Efeito da alteração de alíquota de CSLL	(1.522)	(1.522)	(1.529)
Resultado não recorrente	<u>8.486</u>	<u>8.486</u>	<u>(11.537)</u>

29. Estrutura de gerenciamento de risco e de capital

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se a Estrutura de Gerenciamento de Capital, o Risco Operacional, o de continuidade de negócios, de Mercado, de Variações de Taxas de Juros, de Liquidez, de Crédito, Socioambiental, Risco de Conformidade e Risco de Segurança da Informação, cujos principais aspectos são apresentados a seguir:

I - Estrutura de gerenciamento de capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a

Conglomerado Prudencial do Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

II - Risco operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. A definição inclui, ainda, o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição. O gerenciamento do risco operacional é realizado de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades têm como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações que visam manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São estas:

- Normatização interna contendo regras, papéis e responsabilidades quanto ao gerenciamento do risco operacional disseminados ao pessoal da instituição;
- Identificação, avaliação, tratamento e monitoramento dos riscos operacionais;
- Armazenamento, monitoramento e investigação de perdas operacionais, visando mantê-las em níveis considerados aceitáveis pela instituição;
- Reportes periódicos e estruturados sobre temas relevantes de risco operacional e controles internos aos fóruns de governança;
- Implementação e manutenção de programas de capacitação sobre a cultura de riscos e controles na Instituição;
- Testes de estresse periódicos para cenários de risco operacional;
- Procedimentos que visam assegurar a continuidade das atividades da instituição e limitar perdas decorrentes da interrupção dos processos críticos de negócio, incluindo análises de impacto e testes periódicos de planos de continuidade.

Ainda, um conjunto de procedimentos vem sendo implementados para avaliar, gerenciar e monitorar o risco operacional decorrente de serviços terceirizados relevantes para o funcionamento regular da instituição.

III - Risco de continuidade de negócios

Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é a capacidade da organização de continuar a entrega de produtos e/ou serviços em nível aceitável previamente definido, após incidentes de interrupção.

Conglomerado Prudencial do Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

O Sicredi possui uma estrutura para responder de forma adequada à recuperação, à restauração e aos níveis acordados de disponibilidade para os processos mais críticos das entidades centralizadoras do Sistema, no caso de ocorrência de eventos que provoquem a interrupção dos seus serviços, preservando, assim, os interesses de todas as partes envolvidas.

Através de uma Análise de Impacto de Negócios (BIA) são identificados os principais processos de negócios da instituição bem como os serviços de TI que suportam esses processos e, assim, são definidas as estratégias de continuidade dos negócios adotadas.

Estão previstos na Política de Gestão Integrada de Riscos e na Norma de Continuidade de Negócios do Sicredi, os princípios básicos e a estrutura necessária para garantir a resposta adequada à recuperação, à restauração e aos níveis acordados de disponibilidade para os processos mais críticos das entidades.

O sistema de Gestão de Continuidade de negócios estruturado no Sicredi contempla:

- Norma de Gestão de Continuidade de negócios;
- Análise de impacto de negócio - BIAs;
- Estratégias de recuperação de desastre de negócio e de TI;
- Planos de continuidade operacional e de TI.

Por fim, o Sicredi disponibiliza para todas as suas agências um modelo de manual de continuidade de atividades das agências, que possibilita a elaboração de um documento customizado, a fim de atender os principais cenários de interrupção das atividades.

IV – Risco de mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (*commodities*).

O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação das carteiras de negociação, que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerado a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.

Conglomerado Prudencial do Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

V - Risco de variação das taxas de juros em instrumentos classificados na carteira bancária (IRRBB)

O IRRBB é o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros nos resultados ou no valor econômico da instituição, resultante dos instrumentos classificados na carteira bancária.

O gerenciamento de risco de IRRBB das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de IRRBB.

Para a mensuração e controle desse risco no Sicredi, utiliza-se as abordagens de valor econômico (EVE) e de resultado de intermediação financeira (NII). O Sistema Sicredi define as regras para o cálculo do risco de variação da taxa de juros das operações em linha com as práticas de mercado e com as exigências da regulamentação vigente.

Os processos para o gerenciamento do risco de IRRBB do Sistema Sicredi incluem:

- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de IRRBB em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de IRRBB da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de IRRBB a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de IRRBB das instituições do Sistema.

VI - Risco de liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada Instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- O estabelecimento de processos de rastreamento e reporte da observância ao apetite ao risco de liquidez e em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;

Conglomerado Prudencial do Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

VII - Risco de crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

VIII - Risco socioambiental

O risco socioambiental é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas das instituições financeiras decorrentes de danos sociais, ambientais e climáticos. Além disso, está envolvido indiretamente com uma série de outros riscos, podendo gerar tanto impactos financeiros, como legais e de reputação. No Sicredi, o gerenciamento é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais. Os processos e políticas para o gerenciamento do risco socioambiental são estabelecidos seguindo os critérios da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco socioambiental do sistema Sicredi incluem:

- Normatização interna contendo regras, metodologias e responsabilidades quanto ao gerenciamento do tema;
- Monitoramento de delimitações e vedações de exposições sujeitas ao risco socioambiental, aderentes ao apetite a risco do sistema;
- Coleta e utilização de dados para mensuração, classificação e avaliação dos riscos sociais, ambientais e climáticos nas operações;
- Realização periódica de testes de estresse para cenário de risco socioambiental;
- Interlocução e reporte para órgãos ambientais, federações, parceiros de negócio e fóruns de governança;
- Evolução constante da estratégia no tema, visando o alinhamento com as técnicas e tecnologias de mercado, bem como as expectativas das partes interessadas.

IX - Risco de conformidade

O risco de conformidade é definido como a possibilidade de ocorrência de sanções, perdas financeiras, danos de reputação e outros danos, decorrentes de descumprimento ou falhas na observância de normativos externos (leis e regulamentações), das recomendações dos órgãos reguladores, dos códigos de autorregulação aplicáveis assim como dos normativos oficiais internos.

Conglomerado Prudencial do Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

A gestão do risco de conformidade, no âmbito do Sicredi está sob responsabilidade da Superintendência de Compliance, estrutura integrante do Banco Cooperativo Sicredi S.A, que, para o acompanhamento sistêmico, oferece suporte e informações, tanto às áreas das empresas do Centro Administrativo quanto às Cooperativas Centrais e Singulares, no que tange ao processo de conformidade e o gerenciamento do risco de conformidade.

A função de conformidade é desempenhada no desenvolvimento e execução do Programa de Compliance, estruturado nos pilares de: (i) Prevenção; (ii) Detecção; e (iii) Correção.

Os processos para gerenciamento do risco de conformidade incluem:

- Identificação dos riscos de conformidade da instituição;
- Comunicação, capacitação e treinamento de todos os níveis da Entidade para gerenciar adequadamente os riscos de conformidade e cumprir as exigências legais e (auto)regulatórias;
- Acompanhamento e monitoramento de processos relevantes, das ações adotadas para mitigar os riscos de conformidade e corrigir deficiências, no intuito de promover a conformidade.
- Reporte das adequações relevantes e novas medidas para mitigação de riscos, bem como não conformidades identificadas;
- Identificação de ações e/ou processos associados aos principais riscos, que precisam ser revisados, atualizados ou implementados, buscando a efetividade do Programa de Compliance como um todo;
- Tratamento para os não cumprimentos identificados bem como desenvolvimento de ações para conscientização, buscando evitar a reincidência.

X - Risco de segurança da informação

O risco de segurança da informação é definido como o risco relacionado a probabilidade de exploração de uma vulnerabilidade, considerando as ameaças vinculadas, e o impacto na confidencialidade, integridade ou disponibilidade das informações. Riscos de segurança cibernética ou cibersegurança fazem parte do contexto de riscos de segurança da informação.

No Sicredi, o gerenciamento do risco de segurança da informação é realizado de forma conjunta com Banco, Centrais e Cooperativas Singulares, os quais possuem responsabilidade pelo cumprimento dos normativos internos e externos, contando com ferramentas e metodologias sistêmicas que podem ser complementados por ações locais. Os processos e ações voltados para segurança da informação visam a manutenção dos riscos em níveis aceitáveis, incluindo a utilização de controles adequados e efetivos, frente aos custos, tecnologia e objetivos de negócio.

XI - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos e capital pode ser acessada por meio do sítio www.sicredi.com.br, no caminho: Sobre nós > Relatórios > Gestão de Riscos > Publicações Sistêmicas > Gerenciamento de Riscos Pilar 3 - Sistêmico.

Já a Política de Gerenciamento de Risco Socioambiental e o Relatório de Sustentabilidade, documentos com o detalhamento e números dos processos no tema, também podem ser acessados por meio do sítio www.sicredi.com.br, no caminho: Sobre nós > Sustentabilidade > Políticas e Relatórios.

30. Análise de sensibilidade

Em atendimento às exigências do art. 35 da Resolução Bacen nº 2/20, apresentamos três cenários para a análise de sensibilidade. Para definição destes cenários, utilizamos premissas considerando o momento atual da economia, que pode ocorrer nos principais itens de balanço:

- Resultado da intermediação financeira: considerando uma redução da aplicação de recursos das Cooperativas no Banco, a redução de disponibilidade de *funding* e a redução pela procura de crédito por parte dos Associados e Cooperativas;

Conglomerado Prudencial do Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

- Carteira de crédito – aumento da provisão de perdas esperadas associadas ao risco de crédito: aumento considerando a migração do porte das Cooperativas e a qualidade da carteira de crédito;
- Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas: possível aumento visto as incertezas que se encontram no mercado e na economia;
- Créditos tributários: aumento resultante das movimentações ocorridas nos itens e cenários acima descritos.

O quadro a seguir apresenta os indicadores utilizados em cada cenário e o seu efeito no resultado:

Cenários	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Item sensibilizado	Resultado da intermediação financeira		
Premissa	Redução de 5%	Redução de 10%	Redução de 15%
Efeito no resultado	(64.040)	(128.080)	(192.119)
Item sensibilizado	Carteira de crédito - aumento da provisão de perdas esperadas associadas ao risco de crédito		
Premissa	Piora de 20%	Piora de 30%	Piora de 40%
Efeito no resultado	(14.286)	(21.429)	(28.572)
Item sensibilizado	Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas		
Premissa	Piora de 10%	Piora de 20%	Piora de 30%
Efeito no resultado	(2.837)	(5.673)	(8.510)
Item sensibilizado	Impacto nos créditos tributários		
Premissa	Aumento de 10%	Aumento de 20%	Aumento de 30%
Efeito no resultado	5.833	11.666	17.498

31. Índices de Basileia e de imobilização

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	31/12/2021	31/12/2020
Patrimônio de Referência (PR)	2.721.274	1.737.080
Nível I (NI)	2.675.163	1.737.080
Capital Principal (CP)	2.449.757	1.512.611
Capital Social	2.388.974	1.458.974
Reservas de Capital	60.681	55.281
Lucros acumulados	221	(1.066)
Perdas não realizadas de ajustes de avaliação patrimonial	(119)	(578)
Capital Complementar (CC)	225.406	224.469
Letras Financeiras e Dívidas Subordinadas	225.406	224.469
Nível II (NII)	46.111	-
Letras Financeiras e Dívidas Subordinadas	46.111	-
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	17.826.570	12.487.241
Risco de Crédito	15.382.056	10.469.187
Risco de Mercado	83.032	59.233
Risco de Operacional	2.361.483	1.958.821
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária	242.288	86.054
Margem de Capital¹	696.337	495.964
Índice de Basileia (PR / RWA)	15,3%	13,9%
Capital Nível I (NI / RWA)	15,0%	13,9%
Capital Principal (CP / RWA)	13,7%	12,1%
Capital Complementar (CC / RWA)	1,3%	1,8%
Situação de Imobilização (Imob)	87.428	96.230
Índice de Imobilização (Imob / PR)	3,2%	5,5%

¹ Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

Conglomerado Prudencial do Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

32. Bancos correspondentes

Conforme permitido pela Resolução CMN nº 3.263/05, o Banco realizou acordos para a compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional - SFN. Os valores a receber e a pagar estão demonstrados no balanço patrimonial nas respectivas rubricas relacionadas aos produtos, no ativo e no passivo, respectivamente, sem compensação.

33. Compromissos, garantias e outras responsabilidades

a) Compromissos, garantias e outras responsabilidades

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Créditos abertos a Exportação		
Câmbio a contratar	3.392	1.350
Coobrigação por garantias prestadas		
Beneficiários de garantias prestadas	105.865	119.885
Depositários de valores em custódia/garantia	10.739.313	6.004.567
Títulos em cobrança	38.563.541	26.662.125

Os beneficiários de garantias prestadas correspondem basicamente ao valor das garantias prestadas, avais e fianças concedidos a terceiros em moeda nacional.

Os depositários de valores em custódia/garantia referem-se aos valores de títulos de terceiros custodiados na B3 e no SELIC.

Os títulos em cobrança representam os títulos de terceiros em cobrança direta no país.

b) Outras garantias

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Margem garantia B3	425.604	196.462

34. Cobertura de seguros

As empresas que compõem o Conglomerado Prudencial mantêm política de contratar cobertura de seguros para os seus ativos sujeitos a riscos e operações, por montantes considerados suficientes para fazer face a eventuais perdas com sinistros. A suficiência da cobertura de seguros foi determinada pela administração do Banco, que considera suficiente para cobrir eventuais riscos. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente não são examinadas pelos nossos auditores independentes.

35. Outros assuntos

a) **Enfrentamento da Pandemia**

Em 2021, seguimos atentos às normas sanitárias e recomendações do Ministério da Saúde e demais órgãos competentes para o enfrentando à pandemia do novo Coronavírus (COVID 19) no país. O Conglomerado Prudencial se manteve ativo, suportando a operação das cooperativas do Sistema em todas as regiões do Brasil, que atuaram com todos os cuidados para evitar a propagação da doença.

Conglomerado Prudencial do Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

Com base no nosso modelo de atuação e visando uma adequação à nova realidade de mercado, implantamos dois novos modelos de trabalho, sendo híbrido com presença física em nosso Centro Administrativo apenas duas vezes por semana, e remoto, possibilitando home office para profissionais das áreas de tecnologia. Desta forma, para mantermos o cuidado e a atenção com nossos colaboradores, o que sempre foi uma premissa, em setembro, realizamos a primeira onda de retorno dos colaboradores ao trabalho híbrido no Centro Administrativo Sicredi (CAS). Até dezembro, 43% dos colaboradores do CAS já estavam atuando no modelo híbrido.

O movimento foi realizado com apoio de pesquisa periódica com os funcionários, obedecendo critérios como: vacinação completa há mais de 15 dias, não pertencer e não residir com pessoas do grupo de risco e não depender de transporte público. Ainda assim, a grande maioria dos colaboradores do Banco Cooperativo Sicredi, seguiram atuando, no modelo de trabalho remoto, desempenhando suas funções em suas casas, primando pela segurança e integridade da saúde de todos. O retorno desses grupos controlados de colaboradores foi realizado obedecendo todos os protocolos de segurança recomendados.

36. Eventos subsequentes

Em 21 de janeiro de 2022, em uma operação inédita, o Banco Sicredi fez a emissão de Green Bond Subordinado no valor de USD 100 milhões junto ao BID Invest, membro do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O valor captado pelo Sicredi será destinado em sua integralidade para o financiamento de projetos de energia renovável e eficiência energética junto a seus associados.